



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA -PROHIS

## ***O Boticário***

A trajetória do João Ladisláu de Figueiredo e Mello  
(Bahia, 1772 – 1856)

JOSÉ PEDRO SOARES SANTOS

São Cristóvão-SE, 2023

## ***O Boticário***

A trajetória do João Ladisláu de Figueiredo e Mello  
(Bahia, 1772 – 1856)

JOSÉ PEDRO SOARES SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-graduação em História  
da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Prof. Dr. Pablo A. Iglesias  
Magalhães

São Cristóvão-SE, 2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S237b Santos, José Pedro Soares.  
*O Boticário* : a trajetória do João Ladislau de Figueiredo e Mello (Bahia, 1772-1856) / José Pedro Soares Santos; orientador Pablo A. Iglesias Magalhães. - São Cristóvão, SE, 2023.  
90 f.: il.

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Bahia - História. 2. Movimentos sociais - Bahia. 3. Ciência política. 4. Economia. I. Mello, Santos, João Ladislau de Figueiredo e – Biografia. II. Magalhães, Pablo A. Iglesias, orient. II. Título.

CDU 94(813.8)"1772/1856"

In Memoriam das vítimas da pandemia de Covid-19, que assolou o mundo entre os anos de 2020 a 2022. E em especial, in memoriam da minha mãe, que, tão cedo, teve sua vida ceifada pela pandemia e pelos rumos políticos com os quais ela foi tratada no Brasil.

## **ÍNDICE**

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>5</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>8</b>
<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>Cap. 1 - Um rebelde entre a ciência e a política.....</b>	<b>16</b>
<b>Cap. 2 - Um boticário da Bahia no reino e a formação de uma rede de sociabilidade (1800-1817).....</b>	<b>38</b>
<b>Cap. 3 - Um boticário nas lutas políticas da Bahia.....</b>	<b>52</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>73</b>
<b>Fontes e Bibliografia.....</b>	<b>75</b>

## **AGRADECIMENTOS**

A escrita dos agradecimentos de uma dissertação de mestrado talvez seja o único momento em que o pesquisador tem a oportunidade de sobrepor as suas cores no lugar dos conceitos. É um momento carregado de alguma emoção, sobretudo quando o olhar em perspectiva se depara com muito carinho, companheirismo e amor de pessoas queridas, fundamentais para que essa etapa fosse concluída.

No meu caso, as cores ficam ainda mais intensas porque durante a pesquisa de mestrado eu perdi a minha mãe para o Covid-19, Mocinha, como era chamada por todos, a única pessoa que conheci que não se importava com bens materiais, beleza, coisas supérfluas ou dinheiro. Quando entrei no mestrado ela me perguntou o que eu queria, pois sabia que livros eram sempre os meus desejos mais íntimos e sendo assim logo me presentou com alguns. Ela era a minha maior fã, todos me conheciam, mesmo que eu não os conhecessem, pois ela sempre estava comentando as minhas conquistas, ganhos e voos alçados.

Por isso, quero agradecer imensamente a minha esposa, por seu cuidado, dedicação e amor. Também agradecer a minha irmã, que mesmo na dor e enlutada junto comigo, me ajudou a carregar tamanha dor. Elas foram companheiras incansáveis durante todo o processo de mestrado e são responsáveis por alegrar a nossa excêntrica família. Também agradeço a meu pai, ao meu primo Matheus, minhas tias e minha avó. Os meus sogros. E a Hermeson, meu amigo e professor.

Agradeço imensamente ao meu querido orientador, Prof. Dr. Pablo A. Iglesias Magalhães, pelo privilégio de ser seu orientando, por acolher meus argumentos sobre o controverso “*seu botica*” e pelo apoio incondicional e irrestrito ao longo desses últimos anos. Contar com a sua amizade nos momentos mais aflitivos foi fundamental para que essa etapa fosse concluída. Obrigado por tudo, mesmo, sem o senhor nada disso teria sido possível. O senhor é, em grande medida, o idealizador e executor dessa pesquisa.

Agradeço os Professores e membros da banca de qualificação Edna Maria Matos Antônio (PROHIS / UFS) e Lina Maria Brandão de Aras (PPGH ? UFBA). E de modo especial ao professor Antonio Lindvaldo, que lá no início de tudo, o senhor me emprestou um pouco do seu precioso tempo para me ensinar como fazer um projeto, como pesquisar e até mesmo insistir para que eu não desistisse da academia. Obrigado por tudo.



## **Resumo**

João Ladislau de Figueiredo e Mello, durante sua vida, desempenhou um importante papel nos meandros das esferas políticas, econômicas e intelectuais da Capitania e, mais tarde, da Província da Bahia. No entanto, a historiografia apresenta escassez de estudos abrangentes e lacunas significativas em relação à sua trajetória. Este trabalho pretende explorar a jornada política e intelectual de João Ladislau de Figueiredo e Mello, situando-o no contexto das mudanças políticas que agitaram a Bahia durante as décadas finais do século XVIII, culminando na consolidação da Ordem Imperial brasileira. O personagem foi atuante no Império português, do final do século XVIII, a primeira metade do século XIX e com o propósito de estabelecer uma transformação nas estruturas estabelecidas e influenciadas pelo movimento de reforma ilustrada em Portugal e em sintonia com suas próprias motivações e os interesses da Coroa portuguesa. Este estudo pretende explorar a jornada política e intelectual desse indivíduo nos permite obter uma visão renovada da dinâmica social e econômica do Império português, especialmente no contexto da Bahia oitocentista.

**Palavras-chave:** Trajetória. Política. Boticário. Espaço de Sociabilidade. Bahia.

## **Abstract**

João Ladislau de Figueiredo e Mello, during his lifetime, played an important role in the intricacies of the political, economic and intellectual spheres of the Captaincy and, later, of the Province of Bahia. However, historiography shows a lack of comprehensive studies and significant gaps in relation to his trajectory. This work intends to explore the political and intellectual journey of João Ladislau de Figueiredo e Mello, placing him in the context of the political changes that shook Bahia during the final decades of the 18th century, culminating in the consolidation of the Brazilian Imperial Order. The character was active in the Portuguese Empire, from the end of the 18th century, the first half of the 19th century and with the purpose of establishing a transformation in the structures established and influenced by the enlightened reform movement in Portugal and in tune with his own motivations and interests. of the Portuguese Crown. This study intends to explore the political and intellectual journey of this individual, allowing us to obtain a renewed vision of the social and economic dynamics of the Portuguese Empire, especially in the context of nineteenth-century Bahia.

**Keywords:** Trajectory. Policy. Apothecary. Sociability Space. Bahia.

## INTRODUÇÃO

O presente estudo contempla a trajetória de João Ladisláu de Figueiredo e Mello (1772 – 1856), obscuro personagem cuja biografia entrecruza com diversos episódios políticos da Bahia, desde fins do século XVIII até meados do século XIX. João Ladisláu de Figueiredo e Mello participou da Conjuração Baiana (1798), nas agitações políticas durante o Governo do Conde dos Arcos (1810-1818), da Revolução Constitucional (1821), do processo de Independência (1822-1823) e, até mesmo, da Sabinada (1837-1838).

Atuando como boticário, em Salvador, nos últimos anos do século XVIII, os primeiros registros da atuação política de JLFM<sup>1</sup>, por vias não oficiais, remonta ao ano anterior à Conjuração Baiana de 1798. Apesar de seu nome não constar nos autos produzidos contra os conspiradores republicanos, há indícios de que o referido boticário fazia parte de uma rede de indivíduos que articulavam a criação de uma República Bahianense.

Há uma biografia publicada em 1866, por diligência do seu neto, Evaristo Ladisláu e Silva. O livro *Recordações Biográficas do Coronel João Ladisláu de Figueiredo e Mello*, apresenta, inclusive, um retrato litografado de João Ladisláu de Figueiredo e Mello em idade proecta, impresso na Tipografia de Camillo Lellis Masson. O livro em questão, que se tornou raridade bibliográfica, apresenta uma base para investigar a trajetória de João Ladisláu Figueiredo e Melo, mas precisou ser cotejado com outros documentos custodiados em diversos arquivos do Brasil e de Portugal. Essa contraposição entre as *Recordações Biográficas* e as fontes possibilitou compreender com mais acerto a trajetória política e intelectual do protagonista.

O JLFM integrou as redes políticas de, pelo menos, duas conspirações de orientação republicanas no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Seu neto lhe atribui a participação na Conjuração Baiana de 1798 e seu nome aparece também entre os agentes baianos comprometidos com a Revolução Pernambucana de 1817. Surge, desta forma, a necessidade de responder o seguinte questionamento: é

---

<sup>1</sup> A sigla JLFM se fará presente no escopo do texto e é a abreviação do nome do boticário João Ladisláu de Figueiredo e Mello.

possível que a historiografia brasileira tenha sido provocada a esquecer ou deixar de lado um agente revolucionário, por se insurgir contra a coroa portuguesa, por seus feitos revolucionários? Segundo o historiador Jacques Le Goff, (2013, p. 390) “Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva”.

Tendo, portanto, como referência a reflexão do Le Goff sobre o esquecimento da memória de modo provocado, salienta a cogitação de que João Ladisláu Figueiredo e Melo tenha sido esquecido pela historiografia pelos seus feitos da juventude. O que fez inclusive, mais tarde, este se envolver com o projeto de construção imperial.

No que se refere as reflexões teórico metodológicas, um dos objetivos que comporá o escopo da escrita, que aqui se arquiteta, é buscar o perfil dos livros que eram lidos pelo JLFM e seus correligionários, assim como entender de que modo estes livros influenciaram na transformação de suas ideias filosóficas/revolucionárias. Carlo Ginzburg, em “O queijo e os Vermes”, constrói uma reflexão sobre como os livros tinham chegado ao Menocchio; essa resposta se faz presente neste trabalho, quando se questiona como os livros chegaram até o JLFM.

Sabendo que o JLFM teve sua primeira formação educacional no Mosteiro de São Bento, na Cidade da Bahia, este objetivo específico deve torneasse sobre as veredas de como um aluno dos monges beneditinos tronou-se um boticário, cujo nome passou a integrar os quadros rebeldes da Bahia em fins de setecentos.

Para sua vida adulta é necessário investigar os caminhos e influências que lhe permitiram atuar desde as redes de sociabilidade da Conjuração Baiana de 1798, até a Revolução Pernambucana de 1817, a Revolução Liberal de 1820 e a Guerra de Independência do Brasil na Bahia entre 1822 e 1823. Peter Burke observa que, “testemunhas do passado podem nos dizer coisas que não sabiam que sabiam”. (BURKE, 2021, p. 31).

A casa de JLFM, na povoação da Barra, então relativamente distante do centro da cidade da Bahia, foi apontada como um dos locais onde ocorreram reuniões secretas desde pelo menos 1796. De acordo com Villalta, “Supõe-se que, em serões secretos ocorridos na casa do farmacêutico João Ladislau Figueiredo de Melo, tenha desfiado a filosofia dos enciclopedistas e suas teorias políticas”, (VILLALTA, 2016, 105). Esse espaço de sociabilidade e de acalorados debates políticos contava com personagens “como o Padre Francisco Agostinho Gomes, o cirurgião Cipriano Barata, o aristocrata canavieiro Inácio Sequeira Bulcão e o professor Francisco Moniz Barreto” (VILLALTA, 2016, 105). A trajetória desses sujeitos começou a ser melhor investigada pela historiografia, notadamente por pesquisadores baianos, como se dirá adiante.

Compreender os reflexos das leituras do JLFM para os anos de turbulência política que assinalaram a capitania da Bahia. Tendo em vista os encontros produzidos pelo JLFM em suas residências, reuniões que levaram as revoltas. Podemos entender e teorizar esse processo como um Reencontro Cultural, pois essa é uma discussão levantada por Peter Burke.

Uma das razões pelas quais é improvável que a história cultural desapareça, apesar das reações contra ela, é a importância dos encontros culturais em nossa época, gerando uma necessidade cada vez mais urgente de compreendê-los no passado. (BURKE, 2021, p. 152).

Ainda segundo o historiador inglês, Peter Burke, a guerra, as revoltas e as batalhas têm suas possibilidades de análises do ponto de vista da História Cultural. De acordo com esse autor “Até batalhas são examinadas de um ponto de vista cultural”. (BURKE, 2021, p. 162). Os encontros produzidos na casa do JLFM tinham total enlace com o ideal de reencontro cultural, pois como um homem do seu tempo, era de seu interesse discutir e quebrar com as agruras opressoras dos seus ideais políticos.

Partindo do pressuposto da ideia de representação que é um conceito da Nova História Cultural, segundo Burke, “ela parece significar que imagens e textos simplesmente refletem ou imitam a realidade social”. E por existir duas imagens do JLFM, uma contida na biografia escrita por seu neto e já bastante esboçada neste texto e outra que se encontra no Arquivo da Bahia tem-se a

necessidade de análise destas imagens e como elas refletem e imitam a realidade social.

De modo que surge o seguinte problema de pesquisa: A partir da construção da trajetória da vida pública e privada do Boticário JLFM, qual a contribuição para a configuração política e social da Bahia e do Brasil nos séculos XVIII e XIX?

Partindo do pressuposto de que a trajetória de vida de JLFM, depois de se tornar coronel, sendo condecorado pelo próprio imperador D. Pedro I, como relata Evaristo Ladisláu e Silva na biografia sobre seu avô, o leva a se envolver intensamente com a máquina pública monárquica, ao tempo do estabelecimento da ordem imperial, que na Bahia seguiu bastante turbulenta até meados de 1838. O personagem JLFM ascendeu na política e na sociedade baiana do século XIX, passando de um personagem de pouca expressão e que transitava pelas vias não oficiais da política, para um personagem de grande prestígio social, poder econômico e influência política, demonstrando o entrelaçamento no público e privado, que está onipresente na história do Brasil. Desse modo, surge a necessidade de definir o conceito de público e privado, que segundo Holanda (2014) trata-se de uma relação íntima e tênue do homem brasileiro, “o homem cordial”, no seu universo familiar com o político. Desta forma Holanda (2014) apresenta que

O ESTADO NÃO É uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas formas é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e as suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família. A verdade, bem outra, é que pertencem a ordens diferentes em essência. Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da cidade (HOLANDA, 2014, p. 169)

Ao utilizar de uma metáfora para melhor explicar a relação entre público e privado, o autor debate como e em que instância se relacionam e o porquê devem se separar o aspecto público do privado a depender das circunstâncias.

Ainda como método de pesquisa, recorreremos ao Paradigma Indiciário, que será um norteador para trabalhar com as fontes que oferecem informações diversas sobre a trajetória de JLFM. Segundo o historiador Carlo Ginzburg, o método tem sua origem exposta no “(...) conto oriental sobre os três irmãos que, interpretando uma série de indícios, conseguem descrever o aspecto de um animal que nunca viram” (GINZBURG, 1989, p.168).

Algumas faíscas se acendem no escuro, tendo ainda por base os escritos de Ginzburg (1989) sendo que este escreve que: “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p.177). Assim o método indiciário torna-se de necessária importância no presente trabalho visto que por meio de indícios da vida de JLFM que serão coletados nas fontes da pesquisa será possível confirmar ou refutar as hipóteses do trabalho.

1

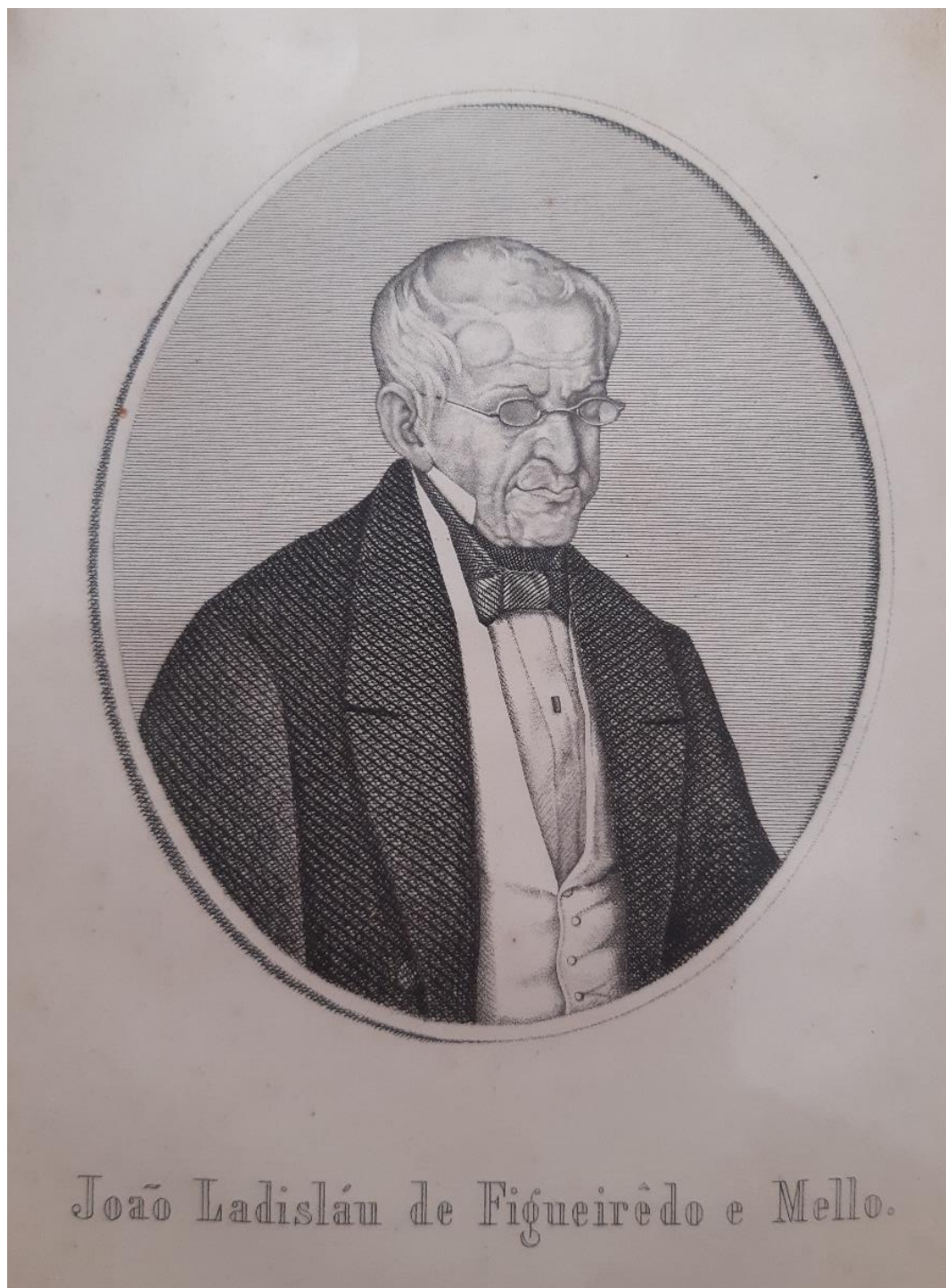


Figura 1- Retrato Litografado -1866  
Fonte: Acervo Prof. Pablo A. Iglesias Magalhães

## UM REBELDE ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA

“Como o Boticario desta Cidade, que se tem dado pelo amor da Patria, e da Nação em geral aos negocios publicos com mais afinamento sou Eu”. Mello, João Ladislau. **Carta**. Bahia, 17 de janeiro de 1822.

### 1.1 ANOS INICIAIS E FORMAÇÃO

João Ladislau Figueiredo e Mello nasceu na vila de Cachoeira, no Recôncavo da capitania da Bahia, em 27 de junho de 1772. Filho legítimo de Leandro de Figueiredo e de Anna Maria Barbosa e Mello (SILVA, 1866, 1). Os livros de batismo da freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, para o referido ano, infelizmente, não estão mais disponíveis. Será necessário, portanto, aceitar as informações apresentadas pelo advogado Evaristo Ladislau e Silva, neto de João Ladislau e autor de um apontamento biográfico sobre o seu avô, publicado na Bahia em 1866.

Os pais do menino João Ladislau Figueiredo e Mello não foram ricos e influentes, antes deviam ser pessoas com recursos muito limitados, que não deveriam ter condições de enviar o filho para a Universidade de Coimbra, no Reino. Desta forma, o que os seus pais fizeram foi possibilitar a ele, possivelmente com grandes esforços, os primeiros estudos das letras na capitania da Bahia, possivelmente por meio das desorganizadas aulas régias estabelecidas pelo ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, que viria se tornar o poderoso Marquês de Pombal (1750-1777), expulsando do Reino e do Império Ultramarino português os padres da Companhia de Jesus, responsáveis pela maior parte do ensino nas capitanias brasileiras.

Apesar das informações limitadas, é plausível supor que o jovem João Ladislau tenha sido influenciado na Cidade da Bahia pelas mudanças no sistema educacional em Portugal e em seu Império Ultramarino. Na época, as aulas régias foram introduzidas sob a gestão do Marquês de Pombal, como

substituição ao ensino jesuíta que dominara todos os níveis de educação desde o século XVI.

Esse novo modelo educacional foi implementado como parte das reformas mais amplas promovidas durante o reinado de D. José I. O objetivo era proporcionar uma educação seguindo o estilo português e alinhada com as correntes de pensamento iluminista que permeavam outras nações europeias. As aulas régias no Império português referente as primeiras letras funcionavam de maneiras diferentes.

Desse modo na década de 1770, a partir de 1774, na América portuguesa as aulas régias foram estabelecidas nas primeiras letras, principalmente em Salvador e Cachoeira, nos primeiros anos de funcionamento, nelas os jovens mais abastados eram instruídos por professores régios com o ensino de Filosofia Moral e Racional. (CARMO, 2018)

A trajetória educacional de JLFM foi além das primeiras letras. Quando JLFM completou 13 anos de idade, por volta de 1785, seus pais conseguiram matriculá-lo no Mosteiro de São Bento, em Salvador, oportunizando lhe uma educação institucional. Ainda no Mosteiro dos Beneditinos, sua vida acadêmica e de homem de ciência começa a ser traçada, como boticário. O mosteiro na época, comportava uma das maiores e melhores bibliotecas do Brasil. Também existia na instituição uma botica para tratamento interno, o que possibilitou ao JLFM os primeiros contatos com a manipulação dos fármacos.

Aqui já podemos perceber como JLFM construiu seus primeiros passos no entendimento e interpretação de uma vida intelectual bem orientada nos avanços da ciência da sua época. Mosteiros eram instituições ricas no quesito educacional e literário, constituindo-se em ambientes em que circulavam indivíduos letrados. O historiador italiano Humberto Eco demonstra como foi possível construir uma obra monumental “O nome da Rosa”, pelo achado de um documento sobre o uso da literatura filosófica grega em um mosteiro italiano, demonstrando como em mosteiros e em suas bibliotecas haviam inúmeras formas de construção de saberes, mas também a circulação de saberes tidos impróprios, impróprios a ordem vigente, no caso da obra em questão citada, o poder religioso. E no caso do boticário, JLFM, a construção de seu posicionamento político insurgente.

Conforme visto a educação do jovem João Ladislau tinha influência das ideias iluministas presente nas aulas régias. O iluminismo conforme comentado por Kant em seu breve texto “O que é Iluminismo?” pode ser entendido como

a saída da humanidade de sua imaturidade autoincorrida. Imaturidade é a incapacidade de utilizar a própria compreensão sem orientação pela compreensão de outra pessoa. Autoincursão é essa mesma incapacidade não pela falta de entendimento, mas pela falta de decisão e coragem para utilizá-la sem a orientação do outro. [...] Considero o principal ponto do Iluminismo a saída da humanidade de sua imaturidade autoimposta principalmente pelas questões religiosas, uma vez que nossos governantes não têm interesse em desempenhar o papel de guardião de seus cidadãos no que diz respeito às artes e ciências e devido a este tipo de imaturidade é o mais prejudicial e também o mais desonroso (Kant, 1996, pp. 62-63)

No período a filosofia era muito discutida em enciclopedistas e suas teorias políticas. Foi no mosteiro que JLFM constrói esse repertório intelectual rebelde, assim como também posteriormente com seus amigos, o padre Francisco Agostinho Gomes e o Cipriano Barata.

Aos 17 anos de idade, recebeu sua carta de farmacêutico, aprovada no exame protomedicato em Lisboa, Portugal, no dia 14 de Julho de 1789 (SILVA, 1866, 2). Naquele mesmo dia em que o jovem bahiense recebeu a sua aprovação, do outro lado do Atlântico, a Bastilha era tomada pelo povo de Paris. A Revolução Francesa, cujas ideias tanto seduziu JLFM e seus correligionários, teve início.

A Junta do Proto-medicato estabelecia que um grupo de médicos matinha, sob seus cuidados, a saúde pública, o exame dos boticários e a fiscalização das boticas estava. Sobre a Real Junta do Protomedicado é importante estabelecer que

foi um órgão criado em 1782 durante o reinado de d. Maria I, visando centralizar a fiscalização das práticas médicas na América portuguesa, onde o controle estava a cargo dos representantes da metrópole, que atuavam com base em regulamentos, avisos e alvarás expedidos pela Coroa(..) A criação do Protomedicato vinha substituir o sistema anterior de fiscalização, dado pelo Regimento de 1742-1744, que dispunha sobre as atribuições de comissário para os médicos e examinadores visitantes, atividades que proporcionavam retorno financeiro principalmente aos visitantes, como afirma Laurinda Abreu, que se refere ainda a uma estrutura mais complexa, a partir de então, nos quadros locais de fiscalização, como se verifica em 1784 com as nomeações para os cargos de escrivães dos comissários da repartição

de medicina e farmácia na Bahia e em Pernambuco (A institucionalização do saber médico e suas implicações sobre a rede de curadores oficiais na América portuguesa.(...) Protomedicato é elevado à categoria de Tribunal Régio com presença mais expressiva no Brasil do que no Reino, onde encontraria oposição da parte de outros representantes do exercício da medicina, cirurgia e farmácia. A Junta reunia cinco médicos, dois cirurgiões e toda uma rede de comissários e visitantes gerais e tinha entre seus objetivos o combate às formas populares de práticas curativas. A criação do órgão se deu ainda a partir da suspensão dos cargos de físico-mor e cirurgião-mor do Reino, tradicionais opositores da Universidade de Coimbra, entre outras posturas corporativas, segundo Bruno Barreiros (As complexas teias da medicina popular. Projeto político e resistências populares em Portugal no século XIX. CEM n.º 5/ Cultura, Espaço & Memória, 2018). Com a instalação da Corte no Brasil e a criação da Fisicatura Mor, a Junta do Protomedicato foi extinta por alvará de 7 de janeiro de 1809. (ARQUIVO NACIONAL, 2021)

No Brasil, com a chegada da família real em 1808 e as diversas modificações no cenário político do reino português no Novo Mundo, houve também modificações para a certificação de novos boticários. A academia médico-cirúrgica da Bahia criada em 1808 por D. João VI, pela lei de 1826, eram autorizadas a conceder cartas de cirurgião. Desta forma é possível perceber que o JLFM não conseguiu o seu exame no Brasil pois isto só foi possível depois da chegada da família real e a criação das academias na Bahia e no Rio de Janeiro.



Figura 2 – Certidão Farmacêutica (1806)

Fonte: Documento em pergaminho, emitido pela junta do Proto-Medicato em Lisboa a 9 de Junho de 1806, habilitando João Florindo da Silva, natural da Villa de Caminha, para praticar a Arte Farmacêutica em qualquer parte do Reino. Assinado pelos examinadores e pelo príncipe regente.

A imagem do documento em pergaminho, a certidão de farmacêutico, é o documento emitido pela junta do Proto-Medicato que dava reconhecimento ao aos boticários em Portugal e no Brasil. O boticário JLFM teve um documento como este, emitido para que ele pudesse exercer as suas tarefas como farmacêutico na Bahia.

A capitania da Bahia possuía uma longa história com as boticas. Os jesuítas, que chegaram na cidade da Bahia em 1549, junto com o governador-geral Tomé de Sousa, foram os primeiros boticários na América Portuguesa e nos seus colégios foram criadas as primeiras boticas, onde o povo encontrava os medicamentos para alívio dos seus males. As boticas conventuais eram,

contudo, locais em que circulavam clérigos regulares, personagens de notória influência ou pacientes. Não eram espaços de sociabilidade.

Após a expulsão dos jesuítas em 1759, por iniciativa do Marquês de Pombal, encerrando 270 anos em que os colégios da Companhia de Jesus se configuravam como centros de inteligência e ensino formal na América portuguesa, foi necessário redesenhar os espaços intelectuais no ultramar. Naquele contexto, as boticas emergem, para além de lugar em que se comercializava medicamentos e produtos químicos, como importante espaço de sociabilidade urbana.

Em linhas gerais, as boticas de Salvador eram locais onde pessoas interessadas em comer, beber, ouvir música, jogar (cartas e dados) e debater questões de ordem política se sentiam convidadas. Inclusive, as edições avulsas dos periódicos que circulavam pela capital eram vendidas nestes espaços. As boticas tinham autorização para funcionar todos os dias. Além disso, nos domingos e dias santos, quando a maioria dos demais estabelecimentos comerciais estavam fechados, elas funcionavam até o meio dia. Livres, libertos e escravos eram assíduos frequentadores destes locais. (SILVA, 2018, p. 88)

As boticas eram “ambientes de efervescência política” (SILVA, 2018, p. 88). A circulação de ideias para movimentos sediciosos, foram entendidos como construídos em espaços de sociabilidade como o das boticas. Nestes espaços frequentados por livres, libertos e escravos também circulavam debates e discussões de obras filosóficas

Em linhas gerais, as boticas de Salvador eram locais onde pessoas interessadas em comer, beber, ouvir música, jogar (cartas e dados) e debater questões de ordem política se sentiam convidadas. Inclusive, as edições avulsas dos periódicos que circulavam pela capital eram vendidas nestes espaços. As boticas tinham autorização para funcionar todos os dias. Além disso, nos domingos e dias santos, quando a maioria dos demais estabelecimentos comerciais estavam fechados, elas funcionavam até o meio dia. Livres, libertos e escravos eram assíduos frequentadores destes locais (SIQUARA, 2018, p. 88)

Certamente a botica do Mosteiro dos Beneditinos inicialmente não funcionou como espaço de sociabilidade, um local em que circulavam clérigos regulares, personagens de notória influência ou pacientes, mas, de algum modo, este espaço foi fundamental para JLFM ter acesso ao pensamento científico da época. Ser boticário exigia estudo, que não eram acessíveis para todos. As provas requeridas eram caras, bem como era caro prover devidamente os laboratórios e oficinas abertos.

Desde o ingresso no Mosteiro dos Beneditinos que o JLFM foi muito ajudado na provisão estudantil e científica, surgindo assim o questionamento de quem pode ter financiado a sua vida estudantil e acadêmica, sendo que os seus pais eram, aparentemente, modestos agricultores. Aqui é possível obter a resposta para inúmeros questionamentos, inclusive o de que a circulação de ideias e pessoas na botica pode ajudar e prover ao JLFM aquilo que ele necessitou para sua vida acadêmica e econômica, como por exemplo a figura do Conde dos Arcos. (SILVA, 1866).

Havia uma separação do exercício dos atos médicos, farmacêuticos e boticários em profissionais distintos. Em alguns lugares essa separação foi pacífica, porém em outros levou séculos para se concretizar e um só indivíduo acumulou ambas as funções por muito tempo, podendo não só diagnosticar as enfermidades como preparar as formulações medicamentosas para saná-las.

Prova disso é que, pouco antes de morrer, pelos idos dos anos 1855 do século XIX, tendo sido a Bahia infestada pelo cólera morbo, prontamente o boticário cuidou dos escravizados que existiam em sua fazenda no Engenho da Campina e de outras pessoas que do seu cuidado necessitavam.

A Farmácia esteve presente na vida do homem desde os primórdios da humanidade, nos momentos de aflição da vida o homem buscou formas de amenizar a dor utilizando dos fármacos possíveis ao seu alcance e no caso específico da América portuguesa, houve uma grande participação da farmacopeia indígena e as práticas africanas com a manipulação das ervas. “Rudimentar, empírica, científica, assim caminhou ao longo do tempo, atravessou os séculos e chegou até nós”. (DIEZ, 2009, p. 21).

Segundo Pourchet-Campos (1966), a primeira vez que a palavra boticário aparece escrita é pelo Papa Pelágio II, com referência a monges do século VI, e só por volta do século XIII a palavra foi aplicada a leigos. “Com o passar do tempo, os boticários se tornaram artesãos do medicamento, deixando de ser exclusivamente comerciantes de matérias primas e envolvendo-se também com o preparo desses”. (DIEZ, 2009, p. 27). Quando houve a criação das chamadas Corporações de Ofícios, que foram associações que surgiram na Idade Média e que tinham como objetivo regulamentar o processo produtivo artesanal nas

idades com mais de 10 mil habitantes, a profissão de boticário se organizou, teve regulamentos e o juramento se tornou obrigatório.

As corporações comportavam categorias que eram diferenciadas em mestres, que eram os donos das oficinas com uma grande experiência, os oficiais, que tinham uma boa experiência e recebiam salário, os aprendizes, que eram jovens e estavam no começo da atividade profissional.

A palavra botica origina-se do grego *apotheke*, cujo significado etimológico é depósito ou armazém, ela surge com o aparecimento de um estabelecimento para venda de medicamentos e os boticários eram os responsáveis pelas boticas. Várias boticas foram instaladas sob a direção dos padres: na Bahia, Olinda, Recife, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo. A mais importante foi a da Bahia, por se tornar um centro distribuidor para as outras províncias.



Figura 3 – Botica no século XIX  
Fonte: Bandeira e Lago (2017)

Quanto aos boticários, aquele que conseguisse comprovar no mínimo quatro anos de prática em um hospital ou botica recebia autorização para o

comércio de drogas, preparo de medicamentos e aviamento de receitas. O boticário JLFM, produziu uma substância química e ofereceu ao governo Português para utiliza-la.

Valioso demarcar aqui a botica como um espaço privilegiado no início da implantação do que viria a ser o curso de medicina na Bahia. É na extinta enfermaria-botica do Colégio de Jesus que se inicia o ensino médico no Brasil. São as cadeiras de Química Farmacêutica e de Farmácia, a primeira ministrada por um boticário, os dois pilares do que virá a se constituir, quase século e meio depois, o curso autônomo de Farmácia da Bahia.

Aos 17 anos de idade, em 1789, João Ladisláu recebeu sua carta de farmacêutico e pôde trabalhar como profissional liberal. Com essa empreitada surgiram grandes amizades e as influências políticas que o torna um homem reconhecido na Bahia Colonial. Essas amizades têm uma significativa importância para a formação intelectual do boticário, pois tendo em vista as dificuldades de leitura do período, estes traziam livros para que ele lesse, vindos em sua maioria de Portugal. “Os que estudavam na Europa, traziam livros, entretanto, e até os emprestavam. A entrada de livros – salvo aqueles cobertos pelas licenças da censura – eram clandestinas e perigosas”. (SODRÉ, 2011, p. 31) Seu neto, Evaristo Ladisláu relata na biografia que escreveu sobre seu avô, que

Entre taes livros figuravam alguns folhêtos semeádos pelos princípios revolucionários, que tomavam corpo na Europa; e como agrada sempre ao homem que está no verdor da mocidade a exaltação com a qual se proclama e atavia o direito da liberdade, foi João Ladisláu eleetrísado por esses livros e fohêtos. (SILVA, 1866, p. 2)

Como todo homem de seu tempo, para JLFM não foi diferente, os princípios que delinearão o século das luzes na Europa também chegaram nos trópicos e moldou os ideais do boticário que não resolveu trabalhar apenas com materiais químicos e curativos, mas também com as ideias revolucionárias.

É possível que JLFM tenha recebido alguma insígnia como a do hábito de Cristo? Tal posição o colocaria como privilegiado de sua Majestade com nobreza e limpeza de sangue devidamente legitimados pela política pombalina.



# RECORDAÇÕES - BIOGRAPHICAS

DO CORONEL

## JOÃO LADISLÁU DE FIGUEIRÊDO E MELLO

ORDENADAS POR SEU NETO

**EVARISTO LADISLÁU E SILVA,**

Bacharel-formado em Sciencias Sociaes e Juridicas pela Academia  
de San' Paulo,

Advogado com exercicio no Fóro da Capital da Provincia da Bahia,

Commandante Superior reformado da Guarda Nacional,

Brigadeiro Honorario do Exercito,

Official da Ordem da Roza e Commendador da Ordem do Christo,  
etc., etc.



BAHIA

TYP. DE CAMILLO DE LELLIS MASSON & C.,

RUA DE SANTA BARBARA N.º 2.

1866

Figura 4 - Capa do Livro: **Recordações - Biográficas do Coronel João Ladisláu de Figueiredo e Mello.**

Fonte: Acervo Prof. Pablo Magalhães

## 1.2 A CONJURAÇÃO DE 1798

O presente tópico não tem o objetivo de reescrever o episódio da Conjuração Baiana, tratada de maneira mais profunda por Luiz Henrique Dias Tavares, Katia Matoso, Patrícia Valim e outros que se debruçaram sobre ele. O propósito é inserir o personagem no contexto social e político que gerou a Conjuração, bem como tentar compreender a suspeita de que João Ladislau de Figueiredo e Mello estava envolvido com o movimento sedicioso.

Porém, para melhor compreensão da suspeita de que João Ladislau de Figueiredo e Mello estava envolvido com o movimento sedicioso, vale a pena traçar o contexto histórico da conjuração, assim sendo melhor compreendido.

Em junho de 1798, o governador D. Fernando José de Portugal foi surpreendido por uma carta do Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho datada de 2 de março, na qual remeteu "huma denuncia de varias pessoas que parecem infectas de principios Jacobinos". D. Rodrigo ordenou ao governador da Bahia "que tomando conhecimento do facto e achando-o verdadeiro, proceda contra elas com a maior severidade" (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 18.360). Ainda em junho, o governador respondeu ao Ministro que "não tem sido constantes aquelles factos que em confuso se apontão na denuncia, sem se declararem os nomes das pessoas que os obrarão". D. Rodrigo havia (propositadamente) suprimido o nome dos suspeitos de conspiração. O governador afirmou que "por cautella tenho chamado algumas vezes á minha presença hum ou outro mancebo, só por me dizerem que pensa com mais liberdade ou com menos instrucção nos verdadeiros principios da religião".

D. Fernando José demonstrava alguma preocupação "com correios da Europa e gazetas inglezas, que não são prohibidos (...) mas nem por isso se tem aqui introduzido principios jacobinos, nem especie de sociedade ou ajuntamentos perniciosos". O governador encerrou seu ofício afirmando "o desejo que tenho de não dar corpo á cousas, emquanto ellas o não merecem" (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 18.360). Ingenuidade política ou envolvimento com o movimento que estava sendo planejado?

A Conspiração dos Alfaiates veio à tona a 12 de agosto de 1798, quando os integrantes se precipitaram, distribuindo os panfletos sediciosos nas portas das igrejas da cidade. Alertadas, as autoridades reagiram, detendo o escrivão Domingos da Silva Lisboa, que foi interrogado e delatou os demais envolvidos.

O processo contra os conspiradores estendeu-se por quase dois anos e, diferentemente da Inconfidência Mineira, ficou sob a alçada do Tribunal da Relação da Bahia. Estavam envolvidos na Conspiração: João de Deus, alfaiate, pardo livre, cabo da esquadra do segundo regimento de milícias; Luiz Gonzaga das Virgens, pardo livre, neto de português e de uma escrava; Manoel Faustino dos Santos Lira, pardo forro, alfaiate; Lucas Dantas d'Amorim, soldado pardo; Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, tenente do 2º regimento da tropa militar paga; o tenente Oliveira Borges; Cipriano Barata, cirurgião e proprietário de lavouras de canas, bacharel em filosofia pela Universidade de Coimbra e que possuía uma biblioteca considerável, com livros de filosofia, medicina e ciências naturais; José Raimundo Barata, irmão deste, também foi arrolado no processo.

Também aparecem os nomes de Francisco Moniz Barreto de Aragão, professor régio de gramática latina e membro de uma família influente no Recôncavo; do Padre Francisco Agostinho Gomes, rico comerciante, e do Cônego Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque. Os nomes destes dois últimos foram afastados das acusações após pressões do governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal e Castro, que tratou de colocar toda a culpa na "classe de homens pardos" (AHU, Catálogo Eduardo Castro, Doc. 19.326).

Segundo Patrícia Valim,

Na manhã de 2 de agosto de 1798, dez boletins manuscritos foram afixados em locais públicos da cidade de Salvador, convocando a população para uma "revolução" que implantaria a "República Bahinense". A mensagem era clara: "O Povo Bahinense e Republicano ordena, manda e quer que para o futuro seja feita a sua digníssima Revolução". O conteúdo dos boletins, intitulados de "Avisos" e elaborados pelo "Partido da Liberdade", composto pelos "Anônimos Republicanos" tocava em alguns pontos extremamente delicados para as autoridades nos dois lados do Atlântico. (VALIM, 2012, p. 154)

Fica perceptível, a partir da citação acima, que boletins manuscritos conseguiram muitos adeptos ao levante, pessoas que pertenciam a corporações

militares, das quais eram oficiais, inferiores e soldados da Tropa de Linha, e também às Milícias. Existiam também homens que se dividiam em graduados em letras, comuns, comerciantes, frades bentos, franciscanos.

E para além do movimento sedicioso na prática, é necessário, portanto, investigar a efetiva circulação das obras filosóficas francesas, que influenciaram ideologicamente grupos de indivíduos que a partir de suas leituras projetaram um movimento influenciado pela Independência Americana e pela Revolução Francesa (1789). Mais especificamente o próprio Boticário João Ladisláu de Figueiredo e Mello.

Convém lembrarmos que, após a repressão à tentativa de sedição na Bahia (1798), algumas bibliotecas particulares foram apreendidas. Dentre elas, as que pertenciam a Cipriano José Barata de Almeida e a Hermógenes de Aguillar Pantoja. Entre os papéis confiscados estavam escritos que traziam ideias francesas. De toda sorte, podemos dizer que o caráter humanista presente nos princípios ilustrados favorecia e despertava interesses. Após iniciado o processo de interiorização da metrópole, com as respectivas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais vivenciadas na Bahia, muitas obras defesas passaram a contar com uma multiplicidade de canais de acesso, alcançando o espaço público urbano soteropolitano em maior profusão. (SILVA, 2018, p. 46)

A cidade do Salvador, na província da Bahia, era um universo social onde todos se conheciam, portanto obras filosóficas que circulavam nos seus espaços de sociabilidade como, boticas, bibliotecas permitiam com que as pessoas lessem, relessem e ouvissem obras de caráter afrancesado. Dentre essas obras.

Francisco Agostinho Gomes, um dos representantes da província da Bahia nas Cortes de Lisboa, foi um dos soteropolitanos que facilitou a leitura e o empréstimo das obras que integravam o seu acervo – entre os autores que marcaram presença em sua biblioteca, podemos destacar: Lavoisier, Buffon, Thomas Paine, William Robertson e Adam Smith. (SILVA, 2018, p.29)

E é a partir de personagens como o Francisco Agostinho Gomes, que podemos identificar autores revolucionários que circulavam no ambiente revolucionário da Bahia sediciosa dos idos de 1798.

Por volta de 1794, Francisco Agostinho Gomes começou a dedicar-se aos negócios comerciais herdados de seu pai, assim como aos estudos de economia política, filosofia e literatura, além de começar a adquirir os livros que compuseram a sua notória biblioteca. Kenneth Maxwell o define como “um homem erudito e esclarecido, dono de uma biblioteca particular tão boa quanto a que o cônego Luís Vieira havia formado em Minas Gerais.” A sua erudição é destacada também pelos depoentes da Devassa instaurada para investigar a Conjuração baiana, em 1798, no qual se encontra o maior número de informações acerca de Francisco Agostinho Gomes no referido período, uma vez que as fontes anteriores a 1798 são escassas. (CARMO, 2018, p.42)

A historiografia sobre o episódio avançou na medida em que vieram à luz documentos franceses produzidos pelo Capitão da Marinha e chefe da Divisão das Armadas Navais da República Francesa, Antoine-René Larcher. Segundo István Jancsó e Marco Morel no artigo “Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia em torno de 1798”,

Os documentos franceses que recentemente chegaram ao conhecimento de pesquisadores sobre os acontecimentos em torno da Bahia de 1798 não só agregam informações aos episódios, como permitem novas interpretações que trazem dimensão até então inédita ou pouco compreendida sobre a chamada Conjuração Baiana ou dos Alfaiates, como tradicionalmente ficou conhecida. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 206)

A partir de um documento sobre o qual István Jancsó e Marco Morel escreveram o texto citado acima, eles mostram que foi solicitado a República Francesa, em 1797, uma intervenção militar na Bahia. Isso está na origem do projeto em que tomou parte figuras como Cipriano Barata, Francisco Agostinho Gomes e João Ladisláu de Figueiredo e Mello. Segundo Jancsó e Morel, “Trata-se de um Projeto e de uma carta dirigidos às autoridades da República Francesa, de 1797, abordando o mesmo tema e escritas pelo capitão e Chefe de Divisão das Armadas Navais Francesas, Antoine René Larcher (1740-1808)”. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 206)

Ou seja, como apontam István Jancsó e Marco Morel, “[...] a solicitação de que a França revolucionária realizasse uma intervenção militar e política na

Bahia para apoiar a sedição que ali se ensaiava contra a monarquia e o domínio português [...]”. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 206)

As cartas analisadas por István Jancsó e Marco Morel confirmam a circulação de ideias consideradas perigosas contra as bases absolutistas da monarquia portuguesa no século XVIII. Desde março de 1792, o ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em Lisboa, recebeu denúncias de que uma conspiração estava em andamento na capitania da Bahia. Interpelou o governador D. Fernando José de Portugal, para que averiguasse o acesso de jovens às gazetas estrangeiras e ideias francesas. O governador replicou, tranquilizando o ministro.

Em agosto de 1798, contudo, pasquins sediciosos foram afixados em áreas de grande movimento no centro da Cidade da Bahia. As autoridades portuguesas concorreram para investigar a autoria dos referidos papéis.

A planejada sedição foi interceptada e debelada. Foram feitas prisões, que incluíram Domingos da Silva Lisboa, Cipriano Barata e outros. Os desembargadores do Tribunal da Relação cuidaram de apurar a materialidade relativa ao envolvimento dos suspeitos.

E o conseqüente enforcamento de figuras revolucionárias.

[...] em 8 de novembro de 1799, no Largo da Piedade, em Salvador, dos soldados Luís Gonzaga das Virgens e Veiga e Lucas Dantas do Amorim Torres, do alfaiate João de Deus do Nascimento e do quase adolescente Manuel Faustino dos Santos Lira, por crime de sedição. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 206-207)

Tendo como esteio os escritos do historiador Luís Henrique Dias Tavares, sobre a extensa pesquisa documental para analisar o movimento sedicioso ocorrido na Bahia, marcado pela condenação de João de Deus do Nascimento, Lucas Dantas, Luiz Gonzaga das Virgens e Veiga e Manoel Faustino pelo crime de conspiração contra a coroa portuguesa, no livro “História da sedição tentada na Bahia em 1798”.

István Jancsó e Marco Morel demonstraram como um grupo de prestígio, que não ia de acordo com a exploração colonial, tentaram se organizar

inspirados nas ideias europeias de revolução para criar as bases políticas de uma República Bahianense.

As idéias que entre eles circulavam chegaram a pessoas do comum que se encantaram com elas. A sedição, entendida como a elaboração de um projeto de ação política destinado a alterar as relações de poder vigentes, circunscreveu-se, então, a este meio, o que lhe permitiu afirmar que “homens livres, mas socialmente discriminados, mulatos, soldados, artesãos, escravos e descendentes de escravos, conceberam a idéia de uma república que garantisse igualdade. São eles que estão falando em levante em 1798”. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 208)

Para além de militares e homens negros e pardos envolvidos com o episódio de 1798, há suspeitas de envolvimento de elementos de prestígio social e intelectual, conforme observa István Jancsó. Um desses indivíduos, de acordo com Evaristo Ladislau, era seu avô João Ladislau Figueiredo e Mello. Os livros que seus amigos traziam para que os lesse na sua botica, o encantou ao ponto de fazer uso destas ideias.

Há, porém, um atenuante político que levou alguns a serem executados e outros não. JLFM, Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes gozavam da amizade de influentes pessoas no governo, que podem ter intercedido para os livrar de possíveis acusações e subsequentes condenações. No texto escrito por István Jancsó e Marco Morel, há uma citação a biografia do boticário, como fonte documental a participação dos comuns ao evento beligerante.

O fato é que a circunscrição dos eventos sediciosos aos estratos inferiores da massa de homens livres da Capitania (como querem uns), ou a gentes inseridas nas “categorias médias e baixas” como outros sustentam, passa ao largo de evidências amplamente disponíveis, a exemplo do já referido registro de Accioli, ou do que está disponível nas “recordações biographicas” do boticário João Ladisláu de Figueiredo e Mello publicadas em 1866 ou, ainda, em passagens dispersas na Devassa ou, então, em papéis correlatos como as que dão conta das averiguações ordenadas por D. Fernando José de Portugal sobre a suposta francezia de Francisco Agostino Gomes. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 209)

István Jancsó e Marco Morel demonstram que houve a necessidade por parte de alguns de fugir. No caso de José Borges de Barros, teve a sua desapareição e nem foi chamado para depor na devassa.

Mas há desvios dessa norma: José Borges de Barros, citado várias vezes como integrante do círculo de relações íntimas de

Raimundo Moniz Barreto de Aragão, o professor régio condenado, sequer foi arrolado como testemunha, tendo desaparecido aparentemente sem deixar vestígios, para ressurgir alguns anos mais tarde, na Europa, seja como tradutor de Thomas Payne para o português, como maçom e como falsário movido pela intenção de levantar fundos para o financiamento da revolução na Bahia, de onde fugira às vésperas da instauração da Devassa, do mesmo modo como o fez João Ladislau no entremeio entre a divulgação dos pasquins e a prisão de Cipriano Barata, um e outro temerosos de serem inculcados de prática sediciosa por motivos que, mais que ninguém, eles conheciam. Os de Borges de Barros, João Ladislau, Gomes ou Cerqueira Bulcão são evidentes casos de homens bem instalados no interior da elite colonial da Bahia de fins dos setecentos. E ainda que faltem listas nominais dos participantes, é pertinente admitir que vários dentre eles tenham integrado o grupo de jovens baianos que conviveram com Antoine René Larcher quando de sua estada em Salvador. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 209-210)

No entanto há que se atentar para uma importante reflexão produzida no artigo de István Jancsó e Marco Morel sobre os documentos produzidos por Antoine-René Larcher, capitão da Marinha francesa, a respeito dos episódios de 1798. Por mais que a participação de minorias como escravizados, alforriados, marginalizados e grupos da elite baiana, não há somente a personificação de um evento de âmbito regional. Mas a inserção da capitania da Bahia na era das revoluções.

Temos, nestes dois documentos produzidos por Larcher, elementos sugestivos para acrescentar outros traços ao conhecimento da Conjuração Baiana, que foge assim da caracterização de ser vista apenas como um episódio de âmbito regional e conduzida pela plebe com viés de insatisfação por motivos étnicos e sociais. Pelo menos enquanto perspectiva, colocou-se a possibilidade de inserção e articulação da capitania da Bahia em novos tempos da América portuguesa e da Europa, ou seja, na Era das Revoluções. Está claro que setores pobres e mais mobilizados da população baiana (ainda que minoritários no conjunto da sociedade e talvez até no interior da conspiração) assumiram e reinterpretaram a seu modo não só os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, como também a informação sobre as articulações efetivadas com uma autoridade da República francesa. Mas estas, como foi visto, foram realizadas, ao que tudo indica, com membros das elites baianas, que acabaram ficando fora do quadro repressivo montado pelas autoridades portuguesas na Bahia e mesmo de parte da compreensão historiográfica. (JANCSÓ, MOREL, 2007, p. 219)

A reflexão acerca da guerra ter inserido a capitania da Bahia na era das revoluções pode ser explicada com vigor teórico, por meio dos escritos do

historiador inglês Eric Hobsbawm, pois os revolucionários, “[...] mantiveram um padrão comum de procedimento político, de ideias estratégicas e táticas etc., derivadas da experiência e da herança da Revolução de 1789, e um forte sentido de unidade internacional”. (HOBSBAWM, 2016, p. 205). Esse mesmo forte sentido de unidade internacional é o que uniu os amigos João Ladisláu de Figueiredo e Mello, Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes na luta pela Independência da Bahia dos laços mercantis e escravistas da monarquia portuguesa.

Muito do que se escreve sobre o mundo colonial ibérico na América remonta aos processos econômicos mercantilistas e uma parte significativa deste universo que tem um caráter cultural e científico, acaba sendo legado ao esquecimento, portanto se faz necessário uma maior atenção ao modo de vida cotidiano dos que viviam na colônia e que de modo fiel ao tempo exerciam atividades políticas contrárias ao sistema governamental vigente. Tendo em vista a entrada ilícita e crescente dos livros que comportavam princípios revolucionários, foi expedido um ofício na Bahia em 1792, que tinha o interesse de minar com a leitura de temas revolucionários que vinham sendo utilizadas na colônia. Estes em sua maioria franceses. O neto do boticário levanta em seu escrito biográfico que o ofício não surtiu efeito para aqueles que faziam a leitura com um objetivo reflexivo. E portanto as ideias revolucionárias não eram adotadas pelos leitores conscientes. Já aqueles que levavam o propósito da leitura ao pé da letra, sofriam com a proibição e censura sobre a leitura.

Outro tanto não acontecia com aqueles que eram irreflectidos, os quaes, ou por que digerissem mal as doutrinas de que ouviam fallar, ou por que lhes maravilhasse a vertiginosa ficção de uma igualdade ou comunhão, aliás impossível de realizar-se, ou se atenda no que é da natureza ou no que é do estado social, tramaram roubos, mortes, e anarchia, que felizmente abortáram: assim não tivéssem sido o aborto por intermédio de denúncias e traições que levaram ao cadafalso alguns infelizes d’esses que foram fanatizados pelo erro e pelo engano! (SILVA, 1866, p. 3)

João Ladisláu foi um destes *irreflectidos*, juntamente com outros amigos, sendo um deles figura reconhecida na historiografia brasileira, Cipriano José Barata de Almeida, “[...] o pioneiro da imprensa libertária, no Brasil, cuja influência foi extensa e profunda na imprensa e na vida política do país”. (OLGA, 2011 apud SODRÉ, 2011, p. 28). Recordar a trajetória JLFM para a historiografia

poderia ser uma tarefa árdua de explicação. É muito mais prático falar sobre o Barata, que do início ao fim foi e manteve orientação radical, revolucionária ou republicana.

Sobre os assuntos que correspondem a “francesia” por parte de João Ladislau de Figueiredo e Mello, a historiografia reconhece que existia uma rede de sociabilidade que funcionava ainda no início da sua vida profissional e que pela sua casa e botica passavam obras de caráter revolucionário e essa rede em que o boticário estava inserido, era composta por exemplo por figuras como

Manuel Faustino dos Santos, alfaiate João de Deus do Nascimento, e soldados Luiz Gonsaga das Virgens e Lucas Dantas, que padeceram a pena ultima; e entre aqueles tão bem Cypriano José Barata de Almeida, que esteve preso por algum tempo; e de Francezes eram chamados uns e outros sem distincção que servisse de separa-los. O tempo corria perigoso para João Ladisláu como para o Barata, e posto não houvesse ainda certeza alguma de procedimento contra o primeiro, não querendo ele ser confundido com os que abraçavam o mal que principiava caminho de sedição, embarcou para Lisboa no navio Perola no dia primeiro de Janeiro de mil setecentos e noventa e oito. (SILVA, 1866, p. 4)

As suspeitas de leitura de obras revolucionárias e francesas fez com que parte desses amigos seguissem para Portugal. Apesar do boticário não ter nenhuma denúncia formal contra a João Ladisláu embarcou para o Reino no navio Pérola “no dia primeiro de Janeiro de mil settecentos e noventa e oito” (SILVA, 1866, p. 4). Oito meses antes da conjuração ser interceptada pelas autoridades, o que só ocorreu em agosto daquele ano. Não foi só ele se retirar para Lisboa: foram também José Francisco Cardoso<sup>2</sup>, Paulo José de Melo Azevedo e Brito e Francisco Agostinho Gomes. Pesa a suspeita de que também o jovem negro Caetano Lopes de Moura (Salvador, 1781- Paris, 1860)., aluno de José Francisco Cardoso, se retirara para Portugal com vistas a escapar de suspeitas de envolvimento na conspiração.

É interessante observar que Evaristo Ladislau da Silva publicou a biografia do seu avô anos antes da Inconfidência Mineira começar a ganhar as páginas da historiografia brasileira e a figura do Tiradentes tornar-se um símbolo da luta contra o governo português. O livro em questão, editado na Bahia em

---

<sup>2</sup> LIMA, Shirley Nascimento. Lumina et Litterarum: A trajetória de José Francisco Cardoso de Moraes (Bahia e Portugal, 1761-1840). 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade Federal do Oeste da Bahia. Orientador: Pablo Antonio Iglesias Magalhães.

1866, foi publicado apenas 9 anos após Francisco Adolpho Varnhagen publicar, em 1857, alguns parágrafos sobre o movimento rebelde baiano de 1798, desqualificando este evento histórico ao dizer que

[...] os conspiradores que se chegaram a descobrir não subiam quarenta; nenhum deles de talento, nem de consideração; e quase todos libertos ou escravos, pela maior parte pardos [e] se reconhece que a conspiração da Bahia não tinha chefe: e quando muito podemos considerar seus coripeus o alfaiate João de Deus do Nascimento, cabo d'esquadra de milícias, e os soldados Lucas Dantas e Luíz Gonzaga das Virgens [...]³.

Evaristo Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello, criticando o “Heródoto Brasileiro” referiu-se a ele como “um medíocre cronista”, que “dando notícia a conspiração socialista na Bahia em 1798, transcreveu o texto da obra pasquins, que nunca poderão elevar-se à altura da história.”⁴ O livro de Evaristo Ladislau passou, então, despercebido pela nascente historiografia brasileira. Possivelmente, sequer foi comercializado fora de Salvador e seu entorno. Mesmo o autor remetendo um exemplar para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Revista do IHGB, n. 30, 1867, p. 556), no Rio de Janeiro, ficou esquecido.

O próprio movimento rebelde baiano de 1798, só começaria a ser melhor compreendido pelos intelectuais baianos após a proclamação da República, resultante de pesquisas realizadas pelo amanuense José Carlos Ferreira em 1890 e publicadas no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia em 1900.<sup>5</sup> Assim, a Biografia de João Ladisláu, mesmo em suas poucas páginas iniciais, é pioneiro nos estudos sobre a Conjuração Baiana de 1798.

Evaristo Ladislau afirma que seu avô embarcou no navio Pérola (SILVA, 1866, p. 4). Parte do que afirma pode ser comprovada, posto que documento do Arquivo Ultramarino confirma que o navio Pérola, sob comando do Capitão Antonio Vicente de Brito, saiu do Porto de Salvador para Lisboa no primeiro

---

3 VARNHAGEN, Francisco Adolpho. *Pazes. Conspiração Socialista na Bahia em 1798*. In: *História Geral do Brasil*. Tomo Segundo, Casa de E. e H. Laemmert, Rio de Janeiro, 1857, p. 292-293. A 1ª edição foi publicada em Madri no ano de 1854.

4 Biblioteca Nacional Digital. MELLO, F. I. M. Homem de. *História Geral do Brasil por Francisco Adolpho de Varnhagen, 2 Vol., Madri-1854-1857(Notícia Litteraria)*. In: *Atheneo Paulistano, Ensaios Literários*, 1858, p. 467.

5 FERREIRA, José Carlos. Princípios Jacobinos – Sedição de 1798 na Bahia. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, vol. 7, nº 26, 1900, p. 371-411.

semestre de 1798, apesar de não constar a lista de passageiros embarcados.<sup>6</sup> A viagem foi difícil e penosa. A crer em Evaristo Ladislau, o navio zarpuu em 1 de janeiro de 1798, arribou no dia 15 do mesmo mês, partindo novamente em comboio no dia 1 de fevereiro, com escala em Pernambuco, onde chegou a 11 de maio.<sup>7</sup> Em 27 de maio seguiu para Lisboa, chegando na capital portuguesa a 7 de julho. A jornada de João Ladislau entre Salvador e Lisboa durou mais de seis meses. A capital portuguesa, contudo, inaugurava um novo capítulo na trajetória do boticário.

---

<sup>6</sup> Arquivo Histórico Ultramarino. Bahia Eduardo de Castro e Almeida (1613-1807), Caixa 93, Documento 18.271. Mapa da carga que transportou da Bahia para Lisboa o navio Perola, no ano de 1798.

<sup>7</sup> Há aqui uma inconsistência em relação ao nascimento de um filho de João Ladisláu. O médico e bibliógrafo Augusto Vitorino Alves Sacramento Blake afirma que “Candido Ladislau Japiassú de Figueiredo e Mello - Filho do coronel João Ladislau de Figueiredo e Mello, nasceu na cidade da Bahia em 1799 e ahi falleceu a 17 de agosto de 1861”. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893, p. 33. Não é possível que viajando em 1. de janeiro de 1798 e retornando após 1800, o boticário tivesse um filho nascido na Bahia em 1799. Há, contudo, um passaporte de Candido Ladislau expedido em 5 de agosto de 1824, no qual ele afirma ter, então, 21 anos. Isso coloca seu nascimento entre 1802 e 1803. AHU, Bahia, Avulsos, Cx. 279, Doc. 19433

## UM BOTICÁRIO DA BAHIA NO REINO E A FORMAÇÃO DE UMA REDE DE SOCIABILIDADE (1800-1817)

### 2.1 – A VIAGEM AO REINO

O caminho construído por intelectuais, escritores, advogados, médicos e, aqui especificamente, o boticário João Ladislau Figueiredo e Mello, nos mostra como ele estava inserido nas redes de sociabilidade entre Lisboa e a Bahia. Em Lisboa, ele buscava se livrar das suspeitas de envolvimento com a conjuração de 1798. De acordo com Evaristo Ladislau da Silva, a viagem de seu avô teve como objetivo “não querer elle ser confundido com os que abraçavam o mal que principiava caminho de sedição” (SILVA, 1866, 4).

Apesar de não duvidarmos do que foi afirmado por Evaristo Ladislau, a documentação do Arquivo Ultramarino de Lisboa indica que o boticário buscava maneiras de ascender socialmente através de cargos no governo, ainda que de escalão inferior, como o de Escrivão da Chancelaria da Cidade da Bahia, pleiteado em 1800:

Senhor Representa a V. A. R. João Ladislao de Figueiredo, que ele suplicante se acha nomeado para servir o officio de Escrivão da Chancelaria da Cidade da Bahia, para o que roga a V.A.R a merce de lhe mandar passar provimento, sobre o que VAR, me manda informar com o meu parecer. Não me consta que Joze Francisco Cardoso, tenha carta de propriedade do officio de que se trata, nem Alvara para poder nomear a serventia. Quanto ao merecimento do suplicante, eu procedi a inquirição de testemunhas junta, e por ella consta que o suplicante hé muito hábil e capaz de servir bem o dito officio, pois todas ellas attestão sobre o merecimento, e consequentemente me parece que o suplicante está nas circunstancias de VAR lhe conceder o provimento que se pede, porem VAR. determinará o que for do seu Real. Agrado. Lisboa 16 de Julho de 1800. O Juiz d’India e Mina Jacinto da Costa Cabral de Vasconcellos.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia - Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Cx. 111, Doc. 21.739.

O próprio professor Régio José Francisco Cardoso, amigo do boticário, emitiu certidão confirmando que designara João Ladislau de Figueiredo para servir no cargo de escrivão da Chancelaria da Bahia:

Sendo-me S.A.R. feito Mercê da Serventia vitalícia do Officio de Escrivão da Chancellaria da Cidade da Bahia, com a faculdade de por-lhe serventuário, em quanto reger a Cadeira de Grammatica Latina, que occupo na mesma Cidade, e concorrendo na pessoa do Sr. João Ladislao de Figueiredo todas as boas qualidades necessárias, o nomeio para servir por mim o dito Officio, a fim de que possa requerer o seo Provimento ao Tribunal competente. Lisboa 18 de Junho de 1800. Jozé Francisco Cardozo <sup>9</sup>

O parecer do conselho é favorável ao suplicante:

Diz Jozé Francisco Cardozo Porfessor Regio de gramatica Latina na Cidade da Bahia que fazendo lhe V.A.R. a mercê da Propriedade do officio da Chancelaria da da Cidade, com a faculdade de nomear serventuário, enquanto Reger a Referida cadeira, estaria o suporte os seus competentes Alvaras os quais ultimamente se lhe mandarão juntar a nomiassam que fes de serventuario, em João Ladislao de Figueiredo, o qual ja se lhe passou porventura, por cuja Rezam pretende que na secrataria se lhe entreguem os Referidos Alvaras que sam o seu litigimo Titulo Pede a V.A.R seja servido assim o mandar a vista do exposto ERM.<sup>ce10</sup>

O ministro Francisco da Silva Corte Real, do Conselho Ultramarino, confirma o parecer, determinando o provimento do cargo pelo período de um ano. No documento confirma-se que “A João Ladisláo de Figueiredo, se há de passar primeiro Provimento para servir por tempo de hum anno, o Officio de Escrivão da Chancelaria da Cidade da Bahia. Lx.<sup>a</sup> 7 de Agosto de 1800. O Conselheiro Francisco da Silva Corte Real”.<sup>11</sup>

O rol de testemunhas que atestaram favoráveis a João Ladislau Figueiredo e Melo oferece pistas sobre o seu círculo pessoal na capital portuguesa. Prestaram testemunho, a 10 de julho de 1800, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Martim Francisco Ribeiro de Andrada Machado, irmão de José Bonifácio de Andrada Machado, e o militar baiano Paulo José de Mello Azevedo e Britto.

Parte desse grupo passa então a gravitar em torno da Tipografia do Arco do Cego, instituída por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dirigida por José Mariano

---

<sup>9</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia - Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Cx. 111, Doc. 21.741A.

<sup>10</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia - Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Cx. 111, Doc. 21.740.

<sup>11</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. Bahia - Catálogo Eduardo Castro de Almeida. Cx. 111, Doc. 21.741.

da Conceição Veloso e Hipólito José da Costa, congregando significativo número jovens intelectuais brasílicos que escreviam, traduziam textos e abriam gravuras de excelente apuro técnico. A Tipografia do Arco do Cego era o que havia de mais inovador na produção intelectual portuguesa de então, sendo resultado de uma conjuntura de redirecionamento da política imperial portuguesa. De acordo com a historiadora Cecília Cordeiro

Ressalte-se, porém, que, na virada do século XVIII para o XIX opera-se um redirecionamento da política imperial portuguesa, marcadamente sob influência de D. Rodrigo de Sousa Coutinho (...). Esse novo projeto, que ganha fôlego durante a regência do príncipe D. João VI – governando desde 1792 em nome de sua mãe, considerada mentalmente instável –, formaliza uma série de iniciativas governamentais com vistas a evitar os pontos de atritos entre interesses metropolitanos e coloniais. [...] Isso porque, como se sabe, o momento era de tensão, tanto nos países europeus, como nas colônias americanas, devido aos arroubos revolucionários que recentemente haviam varrido a França (1789), a ilha de São Domingos (1794) e, no Brasil, o Rio de Janeiro (1794) e a Bahia (1798). Temendo um crescente sentimento de inconformismo com relação às práticas coloniais da Coroa, D. Rodrigo aventou uma reconfiguração do sistema político português, inspirado nas ideias moderadas do Abade Raynal, na concepção de império atlântico de Adam Smith e na política de integração econômica defendida pelo bispo Azeredo Coutinho.<sup>12</sup>

Sobre o grande amigo de João Ladisláu, o professor baiano José Francisco Cardoso de Moraes, cuja trajetória foi investigada por Shirley Lima (2021),

havia uma urgência de José Francisco Cardoso de Moraes para a realização da viagem, visto que, foram enviados três pedidos, o que endossa nossa hipótese acerca de seu envolvimento na conjura [de 1798] e seguidamente é perceptível que as motivações alegadas não são explicadas com detalhes, ainda mais para um afastamento de um ano. Há suspeitas de que outro aluno seu, o jovem negro Caetano Lopes de Moura (1780-1860), também pudesse estar envolvido no projeto de sedicioso, mas isso nunca foi comprovado. Moura se retirou para a França em circunstâncias misteriosas, onde estudou medicina e se alistou nas tropas de Napoleão. Permanece, ainda, lacunas documentais que nos permitam afirmar o envolvimento de José Francisco Cardoso de Moraes na conjuração baiana de 1798, estando essa hipótese fundamentada nos indícios aqui apresentados. (LIMA, pp. 27-28)

---

<sup>12</sup> CORDEIRO, Cecília. Antonio Carlos de Andrada: Itinerários de um “Campeão da Liberdade do Brasil” (1773-1823). Tese Defendida na Universidade de Brasília, 2022, p. 122-123.

De acordo com a referida pesquisadora, a relação de José Francisco Cardoso de Moraes com outros literatos portugueses fica demonstrado na sua relação de proximidade com o poeta Manoel Maria Barbosa du Bocage:

Ainda em 1798, José Francisco Cardoso de Moraes inseriu-se nos círculos intelectuais estabelecidos na Corte, em Lisboa, onde conviveu com figuras importantes nas letras luso-brasílicas. Não sabemos como Cardoso conheceu o poeta Manuel Maria Barbosa du Bocage, mas suas primeiras correspondências datam de 1787, durante uma viagem de Bocage a Índia.<sup>5</sup> Essa relação de amizade fez parte do desenvolvimento intelectual de Cardoso e pode ser vista na carta de Elmano a Josino, impressa nas Rimas de Bocage, em 1799.

A primeira vez que Bocage reconheceu publicamente a identidade de Josino como José Francisco Cardoso fora na tradução do poema *As Plantas* (1801), no verso “Revive em ti Josino, a Lacia Musa”, para, em seguida, identificá-lo como o “Author do Canto heroico à Expedição de Trípoli”. Para além do fato de que era amigo de Bocage, não há qualquer informação de quando ou onde se conheceram. Sabe-se que, quando perseguido pela Intendência da Polícia, Bocage foi preso em 1797 escondido na fragata *Aviso*, tentando fugir para a capitania da Bahia. Buscava encontrar refúgio com uma rede de sociabilidade na América portuguesa? A questão fica em aberto. (LIMA, 2021, 28)

Pablo Magalhães chama atenção para que um detalhe que passou despercebido aos historiadores, mas o mineralogista mineiro José Joaquim Vieira Couto confessou ao Santo Ofício, em 1803, que as reuniões dos pedreiros livres em Lisboa ocorriam em uma “loge [...] convocada nas cazas da quinta em que esteve a Impressão Regia no Arco do Cego”.<sup>13</sup> A breve *Tipografia do Arco do Cego* foi extinta em 1802, mas nela se reuniram, além de Hipólito José da Costa, inconfidentes mineiros, o baiano José Francisco Cardoso, os irmãos Andrada e outros personagens que, a partir dali, se gradualmente se tornaram relevantes na política e nas letras do Brasil.

Por conta de sua proximidade com José Francisco Cardoso de Moraes, o Josino, é possível que João Ladisláu também tivesse trato com Bocage. É certo que, ainda em Lisboa, conviveu com o militar baiano Paulo José de Melo Azevedo e Brito (1779-1848), que serviu de testemunha em um pedido do boticário ao Conselho Ultramarino. Contra o referido militar pesava suspeita de

---

<sup>13</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. O caçador de pedreiros-livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria luso-brasílica (1799-1804). *Revista De História* (São Paulo), n. 176, 2017, p.18. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.111602>

participar da conjuração de 1798, posto em uma denúncia ao Santo ofício, consta uma acusação contra “um oficial de maior Patente, hum fulano Paulo”, que estimulava os rebeldes da Bahia, com o objetivo de “erigir manufaturas contra a vontade do governo”.<sup>14</sup> O “fulano Paulo” era, sem dúvida, Paulo José de Mello Azevedo e Brito, então tenente do 2º Regimento de Infantaria de Linha, possivelmente pedreiro-livre e que galgou amplo prestígio político na Bahia nas décadas seguintes. Por fim, o denunciante confirma que Paulo José planejava matar os oficiais portugueses, “substituindo-lhes por Americanos”.<sup>15</sup>

Não sabemos com exatidão quando ocorreu o retorno do “grupo dos baianos” de Lisboa para a Bahia, mas entre 1801 e 1802 todos já estavam de volta. Todos, sem exceção, começam a ascender em cargos e na política. A riqueza angariada por João Ladisláu, que te permitiu se tornar proprietário de dois engenhos, foi construída no retorno da viagem realizada ao Reino.

## **2.2 - O GOVERNO DO CONDE DOS ARCOS E A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA**

O Governo de D. Marcos Noronha e Brito, o 8.º Conde dos Arco, na Bahia, foi assinalado pelo impacto da presença da corte joanina no Rio de Janeiro. O período joanino teve início em 22 de janeiro de 1808 quando as embarcações que conduziram o príncipe regente d. João e parte da família real desembarcaram no Rio de Janeiro, onde seria a nova sede do Império português. Após mais de três séculos de domínio colonial era a primeira vez que um membro da monarquia portuguesa pisava em terras americanas, desse modo a permanência da família real em terras americanas gerou amplas alterações para os habitantes dos seus domínios em ambos os lados do Atlântico (SOUSA, 2009). Em Salvador

---

<sup>14</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. O caçador de pedreiros-livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria luso-brasílica (1799-1804). *Revista De História* (São Paulo), n. 176, 2017. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.111602>

<sup>15</sup> Idem

a entrada da esquadra real no porto (...) mudou o cotidiano da cidade. Além do número expressivo dos membros da comitiva, cerca de cem pessoas, a presença da família real era um acontecimento de grande magnitude para boa parte dos seus habitantes. Não à toa, após ter ocupado a sede da maior autoridade política na América portuguesa, desde 1549, ano da sua fundação, até 1763, a cidade era também a primeira a receber o príncipe e seu séquito. Fatos, aliás, freqüentemente lembrados em documentos posteriores com o intuito de demarcar os vínculos entre a Bahia e a Coroa e, mais do que isso, reafirmar a sua importância no interior do Império português. (...)

Do ponto de vista político, a permanência do príncipe na Bahia adquire importância por duas questões essenciais. Para alguns residentes, a situação incomum exigia demonstrações de submissão e contentamento por sua decisão de residir na América, mas também, e prioritariamente, significava a ocasião oportuna para o encaminhamento de antigas aspirações que, naquela conjuntura, poderiam ser concretizadas. Para a Coroa portuguesa, o momento de extrema fragilidade política demandava intervenções táticas que pudessem solidificar os vínculos com a possessão americana na tentativa de amenizar o impacto de uma crise de grandes proporções que punha em risco o seu poder. E, para isso, o príncipe dispunha de conselheiros régios sempre atentos não somente às alterações da conjuntura externa, como também às informações necessárias sobre a situação interna dos domínios e, em especial, sobre a Bahia. (SOUSA, 2009)

Nesse contexto, João Ladislau experimentou um período de reconhecimento público, fruto de uma rede de sociabilidade ampla. Ele e D. Virginia Augusta de Figueredo, foram padrinhos de batismo de Augusto Teixeira de Freitas (19 de agosto de 1816-1883), realizado pelo reverendo vigário Francisco Gomes do Santos, filho legítimo Antônio Teixeira de Freitas Barbosa e Felicidade de Santa Rosa de Lima (Barão e Baronesa de Itaparica).<sup>16</sup>

O Conde dos Arcos nomear João Ladisláu boticário do Hospital Militar onde este pôde inclusive empregar suas três filhas, sendo elas “Joanna, Roza e Anna á Pharmacia, de que tiveram Carta Regia em vinte de Agosto de mil oitocentos e onze passada no Rio de Janeiro, mediante o devido exame em que foram aprovadas – nemine discrepante”. Anna era filha natural e não legítima, tida fora do casamento. Seu reconhecimento, incluindo direito à herança ocorreu em 1813, posto em cartório, ser “filha natural de nome Dona Anna Ladislao de Figueiredo e Mello, que se conserva no estado de solteira;

---

<sup>16</sup> MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. Teixeira de Freitas: o juriconsulto do império. CEGRAF, 1983, p. 504. Traz a transcrição do batismo, que foi realizado por procuração.

havida de Dona Maria Feliciana Alves Ribeiro, solteira e desempedida, a qual tem sempre Reconhecida e Reconhece por sua filha”.<sup>17</sup>

Evaristo Ladislau afirma que “empregou as duas últimas em semelhante trabalho em que muito o ajudaram e serviram, e não todas por ter logo oito de Fevereiro de mil oitocentos e doze casado a primeira com Victorino dos Santos Silva tão bem Pharmaceutico e seu discípulo”. Há, inclusive, uma carta do Conde dos Arcos para JLFM, cujo original está desaparecido, mas que foi impressa por Evaristo Ladislau da Silva em 1866:

- Senhor João Ladisláu.

Agradeço muito a sua carta, e para signal de que a distancia me não faz esquecer de obrigações peço-lhe o favor de entregar ás suas filhas á quem tanto devi as memorias juntas aqui da mais preponderante moda.

Sou mui de véras

Seu amigo do coração

C. dos Arcos. - (SILVA, 1866, p. 9)

Apesar de possuir algum prestígio político, financeiramente parece que o boticário estava buscando se capitalizar, diversificando os ganhos. Em 1815, sabemos que João Ladislau residia na Barra e sua a botica estava localizada no Terreiro de Jesus, um dos locais mais movimentados de Salvador. Nela, além dos remédios, eram também vendidos bilhetes de loteria.<sup>18</sup> Ainda entre 1815-1816, foi possível encontrar anúncios onde o boticário estava negociando imóveis. Primeiro, há registro de que “João Ladisláo de Figueiredo, quer vender hum sobrado novo, na rua do Fidalgo, e huma casa na rua das Veronicas”.<sup>19</sup> Quase um ano e meio depois, em dezembro de 1816, há segundo anúncio de que “João Ladisláo de Figueiredo, tem ordem para vender huma casa de sobrado, sita na rua dos Ossos”.<sup>20</sup> Há mais registros de venda de propriedades nos livros cartoriais custodiados no Arquivo Público do Estado da Bahia.<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> APEB. Judiciário. Escrituras. Livro 175, Fls. 148-148 v. Escritura de prefelação e legitimação que fas João Ladisláo de Figueredo e Mello, a sua filha natural de nome D. Anna Ladisláo de Figueiredo e Mello como abaixo se declara. 22 de abril de 1813.

<sup>18</sup> Idade d’Ouro do Brazil, n. 64, 11 de agosto de 1815, p. 2.

<sup>19</sup> Idade d’Ouro do Brazil, n. 59, 25 de julho de 1815, p. 4

<sup>20</sup> Idade d’Ouro do Brazil, n. 101, 17 de dezembro de 1816, p. 4

<sup>21</sup> APEB. Judiciário. Escrituras. Livro 187, fls. 150. Escritura de venda paga e quitação que fazem D. Maria Joaquina da Com.<sup>am</sup>, e Dom<sup>os</sup> Luis Freire p.<sup>f</sup> cabeça de sua m.<sup>er</sup> D. Elena Maria dos Santos, a João Ladislau

Apesar desses episódios amenos, o tempo era de agitação política em ambos os lados do Atlântico. Em alguma medida, um agitador político que, mesmo à distância, influenciou as redes políticas da Bahia foi Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça. Após fugir dos cárceres do Santo Ofício, em 1807, passou à Gibraltar de modo furtivo e em seguida embarcou para Londres, onde se aproximou do grão-mestre da Maçonaria inglesa Augusto Frederico, Duque de Sussex (1773-1843). Na capital inglesa editou *O Correio Braziliense ou Armazém Literário*, impresso de 1 de junho de 1808 até 1823, contando 29 volumes. Apesar de ser mais conhecido pelo periódico, Hipólito José da Costa utilizou os prelos para imprimir obras de natureza maçônica, incluindo os rituais introduzidos clandestinamente na Bahia a partir de 1810.

Em correspondência com a maçons baianos desde junho de 1810, quando então a Bahia contava duas lojas maçônicas, a Virtude e Razão (1802) e a Humanidade (1808), Hipólito afirmou que preparara para enviar ao Brasil um livrinho cujo título é *Compendio das instrucçoens maçonicas para uso do G.: O.: B.: recopilado por hum cavalleiro de todas as ordens maçonicas. Maçoneria adonhiramita azul. Impressão do silencio Anno L.* Além de contemplar os graus iniciáticos da maçonaria adonhiramita, traz em seu terceiro volume um surpreendente ritual para a **Maçoneria Adonhiramita Adoptiva**. De acordo com Pablo Magalhães, “Os três volumes não apresentam data de impressão, registrando apenas “Anno L.”, ou Ano Lucis (Ano da Luz), em conformidade com o tipo de calendário usado pela maçonaria” (MAGALHÃES, 2023). De acordo com esse pesquisador:

Quanto a autoria desse conjunto de três volumes, o mais importante da maçonaria do Brasil, não resta dúvida de que o mesmo foi feito em Londres por diligência de Hipólito José da Costa, redator do *Correio Braziliense*. Isto, o próprio Hipólito da Costa revela em carta datada de 5010 (1810) para dirigentes da loja maçônica Virtude e Razão. Documento da maior importância para História da Maçonaria, assinala o momento em que as lojas do Brasil, sendo duas na Bahia e uma em Pernambuco, passam para a esfera de influência da maçonaria inglesa. Essa carta foi em 2022 transcrita, pela primeira vez, na íntegra (MAGALHÃES, 2023).

---

Figr.do da Rossa do Carregado em terras proprias pelo preço e quantia de 2:400\$ a dr.º de contado pagando a compradora como abaixo se declara. 18 de setembro de 1816.

De acordo com a carta que comprova o protagonismo de Hipólito da Costa na produção e circulação clandestina desses Compêndios Adonhiramitas:

Se com effeito vos resolveis a dar este acertado passo; eu terei muito gosto de os enviar daqui o livro das constituçoens da Gr.: □ Ingleza e outras obras interessantes que ha impressas tanto em Inglez como em Francez; as quaes servirão para vos ajudar a ilustrar em vossos trabalhos. [...] E por agora vos peço que aceiteis como pequeno signal da veneração e amor que vos tributo, as duas obrinhas que vos serão entregues com esta: uma he o compendio das instrucçoens massonicas, que eu escrevi e fiz imprimir, com summo trabalho, ja com o designio que servisse ao Gr.: Or.: Br.: a outra he uma serie de cartas que escrevi durante a minha prisão na Inquisição, e fiz imprimir, ajudado das offertas de alguns amigos, com o unico fim de as espalhar, e fazer lêr aos profanos; para que tenham alguma idea justa da M.: pois não ha em Portugal cousa nenhuma, que para isto sirva; assim não so dis cousa nenhuma nessas cartas que possa tender a revelar segredo algum dos nossos aos profanos; ao mesmo tempo q' se lhe da uma justa idea idea (sic) da instituição. [...] Sem duvida desejareis formar no archivo da vossa G□□ uma biblioteca massonica; e em couza nenhuma podereis na m[inh].<sup>a</sup> opinião empregar melhor uma parte dos fundos da vossa G□□; eu so não vos lhe remetterei daqui as obras que quizeres para esse fim; mas com muito gosto eu encarregarei de escrever os estatutos dessa biblioteca; declarando as pessoas que terão acesso a ella, as condiçoens com que se emprestam os livros para fora; e um estabelecimento desta natureza o podereis atender até a outras obras que não sejam maçonicas; de maneiras, que G□□ tenha uma (sic) especie de livraria circulante, para o uso dos massons; o que seria de um beneficio incalculavel nesse paiz. Em fim contar comigo p.[ar]<sup>a</sup> tudo quanto as minhas debeis forças puderem alcançar. [...] O G[rande]□ A[rquiteto]□vos guarde e felicite como deseja o vosso Ir[mão]. que m[ui].<sup>to</sup> vos ama e respeita.<sup>22</sup>

As implicações dessa correspondência entre Hipólito da Costa e o venerável da Loja Virtude e Razão teria graves consequências nos anos seguintes. De acordo com Pablo Magalhães:

A partir dessa correspondência de 1810, a relação entre Hipólito José da Costa e os círculos intelectuais e maçônicos da Cidade da Baía foram estreitados. Em 1811, uma imprensa clandestina foi enviada à Bahia por diligência do próprio Hipólito da Costa, mas interceptada pelas autoridades portuguesas. Naquele mesmo ano, outra imprensa clandestina, enviada para a mesma capitania, transportada secretamente por Domingos Borges de Barros, a partir dos Estados Unidos, também foi denunciada às autoridades. A interceptação desses dois parques tipográficos clandestinos, que certamente não submeteriam seus impressos à recém criada Comissão de

---

<sup>22</sup> Carta de Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça para o Venerável da Loja Virtude e Razão, na capitania da Bahia. Londres, Post. a 16/03/1810. Biblioteca e Museu da Grande Loja Unida da Inglaterra, Dossier Brasil, cota 25/B/5. Fl. 2v. Publicada em 2022, na íntegra pelo Prof. Pablo A. Iglesias Magalhães, a quem agradeço pela fonte.

Censura da Bahia, pode ter abortado um plano de produzir documentos maçônicos, dentre outro dentre outros de natureza política. Os ritos maçônicos impressos precisariam, portanto, ser trazidos da Europa, particularmente de Londres (Magalhães, 2022, pp. 225-230).

Em 1812, foi criada a Loja Luzitana N.º 184, ligada ao Grande Oriente de Londres, tendo como seu venerável o próprio Hipólito José da Costa. Os estatutos foram impressos na oficina de L. Thompson e naquele mesmo ano o redator do *Correio Brasileiro* teve a iniciativa de convidar portugueses influentes, na política e na imprensa, chegando até mesmo a acenar aos antigos adversários políticos para ingressarem naquela sociedade. A partir da Loja Luzitana N.º 184, a maçonaria inglesa aumentou ainda mais sua presença na Bahia e em Pernambuco, notadamente por meio de um dos seus sócios fundadores, o negociante Domingos José Martins (1781-1817). Martins viajou para Salvador em princípios de 1812, possivelmente para articular as duas lojas baianas então existentes, Virtude e Razão (1802) e Humanidade (1808), ao projeto autonomista para o Brasil, agenciado na imprensa inglesa por Hipólito da Costa. Em 1813 foi criada a Loja União, cuja maior parte dos membros era formada por militares, mas que contava também com Cipriano José Barata de Almeida. Naquele mesmo ano, Martins seguiu, para o Recife, também com o objetivo de se articular com as lojas daquela capitania.

Apesar da interceptação do equipamento tipográfico enviado por Hipólito da Costa, bem como do trazido por Borges de Barros, os primeiros ritos maçônicos impressos em língua portuguesa foram introduzidos clandestinamente com sucesso, em alguma medida por diligência de Domingos José Martins, para uso dos membros do primeiro Grande Oriente do Brasil (1813-1817), em Salvador e no Recife (MAGALHÃES, 2017).

O Grande Oriente do Brasil, cuja existência havia sido esquecida (ou negado) pela historiografia brasileira até 2017, tornou-se um espaço de sociabilidade que congregava lojas maçônicas em Salvador e no Recife, capazes de desestabilizar a governabilidade monárquica nas capitanias do norte do Brasil.<sup>23</sup> Não demorou para essa agremiação, cuja autoridade maior

---

<sup>23</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. A Cabala Maçônica do Brasil - O primeiro Grande Oriente Brasileiro: Bahia e Pernambuco (1802-1820). Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 70, p. 73-138, 2017.

estava revestida interinamente, segundo mais tarde revelou José Bonifácio de Andrada e Silva, na figura Antonio Carlos Machado de Andrada, que então ocupava o cargo de ouvidor em Pernambuco.

Em 6 de março de 1817, teve início a Revolução Pernambucana e a história desse episódio excede as linhas desse estudo, mas pode-se afirmar que foi um divisor político que materializou em resistência contra o sistema político português vigente. O movimento foi sufocado rápida e violentamente, em grande medida por diligência do Conde dos Arcos, que enviou tropas da Bahia para bater as forças pernambucanas ao norte. Tentativas de estender a revolução para a Bahia não foram bem sucedidas, inclusive porque dois mensageiros foram interceptados e presos pelas autoridades em Salvador e na Vila de Pilão Arcado, no Rio São Francisco.<sup>24</sup> Após a derrota dos rebeldes pernambucanos em junho do mesmo ano, mais de três centenas de presos políticos foram enviados de Pernambuco para as cadeias da Bahia, onde foram julgados e torturados. A Cidade da Bahia estava mais agitada do que de costume.

Em Salvador, ainda em 1817, o ex-professor régio José Francisco Cardoso de Moraes (1761-1841) (LIMA, 2002) e outros correligionários de João Ladislau de Figueiredo e Melo, foram denunciados ao governo, por certo frei Amador da Sancta Cruz, porque “Explicação o cathecismo, e Ritual das funções massonicas, cujo livro foi impresso em Londres com o titulo = Compendio p.<sup>a</sup> o Oriente da Bahia = na Impressão de Segredo (PEREIRA, 1956, 251-252)”. Desde 2017, conforme dito acima, a existência desses rituais da “Impressão do Silêncio” já está comprovada, com a descoberta de exemplares no Freemason Museum (Londres), apesar de que ainda não foram devidamente examinados (Magalhães, 2017, p. 73-138). A carta de Frei Amador, ignorada pela historiografia baiana até 1817 revela que

a malvada seita dos Pedreiros Livres, cujo principal acento he nesta Cidade [da Bahia], plantada, há mais de vinte annos por Joze Francisco Cardozo, Luiz Pereira Sudre, e outros deste jaez he a causa motriz do deploravel levantamento de Pernambuco. Os Padres Ignacios, Gazeteiro, o M.<sup>e</sup> de Grammatica, e outro mestre da mesma lingoa, Dominicano, e o Substituto das mesmas Cadeiras são iguaes aos antecedentes, todos elles profanadores do seo estado, e as mais fortes columnas da Massonaria; elles são, q. explicão o cathecismo, e Ritual das

---

<sup>24</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. A cabala maçônica da Bahia: o processo contra o pedreiro-livre Manoel Ferreira Lima da Silva (1817). Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, v. 113, p. 169-192, 2018

funções massônicas, cujo livro foi impresso em Londres com o título = Compendio p.<sup>a</sup> o Oriente da Bahia= na Impressão de Segredo.<sup>25</sup>

A carta do Frei Amador de Santa Cruz fala também que os pedreiros livres ocupavam cargos em diversas instâncias, fazendo parte de quase toda a hierarquia social na capitania da Bahia. Alguns eram homens influentes que possuíam condições para articular levantes políticos que ameaçavam a manutenção do Império português.

Além da carta de frei Santa Cruz, Magalhães afirmou, em 2017, que há duas outras denúncias que arrolam os nomes de maçons da Bahia, sendo que alguns aparecem como simpatizantes da Revolução de 1817. Essa segunda lista, a maior delas, que apresenta 45 nomes de civis, militares e religiosos pode ser tomada como a mais controversa. Seria uma lista de habitantes da Bahia que teriam sido “chamados a jurar a bandeira francesa” ao tempo da Revolução de 1817. Nela, consta o nome de João Ladislau de Figueiredo e Melo, José Francisco Cardoso de Moraes, Hermógenes de Aguillar Pantoja, Cipriano Barata e outros.<sup>26</sup>

A terceira lista está no Arquivo Histórico do Itamaraty. Essa, provavelmente, é uma lista com os membros da Loja Humanidade. Não apresenta título, local ou data, mas os nomes nela contidos são, sem exceção, de pedreiros-livres. Nela também consta “o Boticario Ladisláo”.<sup>27</sup>

Na Biblioteca Nacional existe um manuscrito que reporta a atuação política exercida pelo boticário. Esse documento registra a sua participação em algumas tertúlias filosóficas. Estas reuniões foram realizadas em 1817, tendo entre os seus participantes alguns expoentes conhecidos nas redes de sociabilidade baiana, notadamente formada por Francisco Agostinho Gomes, Hermógenes de Aguillar Pantoja e Cipriano José Barata de Almeida.<sup>28</sup>

As duas primeiras denúncias, em suma, afirmam que, por ação dos pedreiros-livres, o trono estava sendo atacado e a religião católica estava sendo profanada, arrolando nomes de com nomes de maçons em cargos militares,

---

<sup>25</sup> CRUZ, Amador da Santa. Carta de Frei Amador da Sancta Cruz. In: PEREIRA, Ângelo. D. João VI, Príncipe e Rei. A Independência do Brasil. Lisboa: Empresa Nacional de Publicações, 1956, Vol. 3, pp. 251-252.

<sup>26</sup> Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, Vol. CII ( Revolução de 1817), Rio de Janeiro, 1953, pp. 204-206. Original está na seção de manuscritos da Biblioteca Nacional, I - 31,32,13. Dado por Bernardo Teixeira, o qual lhe entregou o Padre Cura da Bahia. Consta um autógrafo do punho de D. João VI.

<sup>27</sup> Arquivo Histórico do Itamaraty - Lata 195, maço 6, pasta 13. S.d /s.l (cerca de 1819).

<sup>28</sup> Biblioteca Nacional. II-31, 36, 1. Seção de Manuscritos. Manuscrito Anônimo de 1817.

administrativos, judiciários, religiosos e intelectuais.<sup>29</sup> Parte dos sujeitos dessas denúncias de 1817, eram, em alguma medida, os mesmos sujeitos envolvidos com o episódio de 1798.

As denúncias foram efetivamente graves surtiram efeito legal, pois, em março de 1818, a maçonaria e as associações secretas haviam sido proibidas em todo o Império. Caso as investigações fossem iniciadas na Bahia, muitos pedreiros-livres, incluindo José Francisco Cardoso de Moraes e João Ladislau Figueiredo e Mello, denunciados como simpatizantes da Revolução Pernambucana de 1817, poderiam ser penalmente imputados no crime de lesa-majestade.

João Ladisláu Figueiredo e Mello, Cipriano José Barata e outros que haviam sido implicados ou foram suspeitos de participar da Conjuração Baiana de 1798 foram novamente denunciados como correligionários da Revolução em Pernambuco. O Conde dos Arcos ordenou que Barata e João Ladislau fossem levados à sua presença no Palácio do Governo, onde tiveram uma conversa intimidadora, sob alegação de que estavam articulados com os rebeldes pernambucanos. De acordo com Evaristo Ladislau da Silva, “Ali o Governador o tomou de parte, e lhe dice em breves e terminantes palavras: - sei de toda sua vida em Abrantes e na Cidade; por todos os logares o tenho vigiado; mude de vida senão lhe hei de mandar cortar a cabeça” (SILVA, 1866, p. 11).

Vê-se, desta forma, como o Governo estava vigilante ao Boticário e sua rede de sociabilidade. Dom Marcos de Noronha Brito, implacável na ofensiva militar aos rebeldes, buscou amenizar as tensões políticas na Cidade da Bahia. De acordo com Evaristo Ladislau da Silva, “De certo seria maior o número dos míseros condenados á morte, se não fosse a natural bonhomia e vistas previdentes d’aquelle ilustradíssimo Conde dos Arcos” (SILVA, 1866, p. 11).

Desta forma, fica claro que o Boticário construiu um enlace político significativo no Brasil, que o permitiu se livrar de perseguições por leituras consideradas perigosas aos olhos do Governo, assim como dos atos revolucionários de que fez parte e por mais que ativo, os escritos das fontes tentam camuflar que não. Até onde estrutura-se uma escrita passiva e com uma

---

<sup>29</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. Ignacio José de Macedo: Da Idade D’Ouro ao Velho Liberal do Douro. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, vol. 108 (2013), 221-262.

tentativa de deixar claro que o João Ladisláu Figueiredo e Mello não foi um leitor que pôs em prática os ensinamentos que adquiriu em leitura? Segundo seu neto,

Não seguia João Ladisláu o partido dos philosophos esquentados, que apregôavam que a arvore da liberdade somente cresce quando se réga com o sangue; pelo contrario era sectario dos que querem que ella seja regada com a educação dos povos, e n'este sentido appellava para o tempo: tão bem se apertava da lembrança que excluia do Brasil a testa corôada. (SILVA, 1866, p. 12)

Torna-se necessário refletir, se o neto do JLFM não tentou a partir dos seus escritos, deixar um campo limpo para a imagem que ficaria para a historiografia com a morte do seu avô.

Apesar da lacuna documental dificultar a compreensão da atuação do boticário João Ladislau de Figueiredo e Melo, as denúncias demonstram sua presença nessa rede de sociabilidade. Alinhando essas denúncias de 1817 à sua possível participação na conjuração baiana 1798, temos um personagem que contraditório, que, como grande parte dos seus correligionários, transita pelas vias não oficiais da política da sua época. Isso mudaria após 1821.

## UM BOTICÁRIO NAS LUTAS POLÍTICAS DA BAHIA

(1821-1824)

“Há outro partido, que he de homens máos, que não tem o que perder, e querem prevelcer-se destes acontecimentos para melhorarem de fortuna, e estes proclamão as vozes da independencia, e da liberdade [...] e mais consta que ha lá hum **Boticario**, que he chefe destas facções [...] diz que a tropa de Portugal he de ladrões”. CORREA, Vicente Antonio da Silva, Deputado. *Diario das Cortes*, n.º 203, 1821, fl. 2703.

### 3.2 A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONAL DE 1821

No início do século XIX, a América portuguesa enfrentou turbulências políticas e sociais, acompanhadas pela fervura de ideias revolucionárias que agitaram a população. Os ventos constitucionais chegaram na Bahia em fevereiro de 1821, decorrentes da Revolução Liberal e Constitucional do Porto, iniciada em agosto de 1820, para forçar, entre outras exigências, o retorno da família real para Portugal. Entre 1822 e 1823, o movimento conhecido como “vintismo” atingiu seu ápice, quando as lutas pela independência do Brasil transbordaram das esferas institucionais para as ruas, envolvendo cidadãos comuns. Este capítulo tenta compreender a atuação do boticário João Ladisláu (que se tornará o coronel João Ladisláu), em meio às turbulências políticas daquele momento.

João Ladisláu havia sido nomeado pelo Conde dos Arcos, Dom Marcos de Noronha Brito, Boticário do Hospital Militar, sediado em um antigo colégio jesuíta, estabelecido por ordem Dom Fernando José de Portugal. A partir do cargo angariado, o Boticário amplia seu prestígio. Obteve recursos para construir casas na cidade e estabeleceu dois engenhos de açúcar, denominados Campina Grande (em Brotas) e Cagi (no atual município de Lauro de Freitas).

O Conde dos Arcos era adverso às Ideias de teor democrático se desenvolviam na América portuguesa nos anos finais do século XVIII e nas duas primeiras décadas do século XIX. Ele enfrentou a Revolução Pernambucana, então a mais emblemática manifestação de ruptura com a monarquia portuguesa, levando a mortes e perseguições de rebeldes. É possível que o prestígio do boticário já, então, fosse tácito que D. Marcos de Noronha e Brito tivesse sido compelido a fazer a nomeação de um suspeito de agenciar movimentos rebeldes. O administrador colonial que substituiu o Conde dos Arcos no governo da capitania em 1818, Dom Francisco de Assis Mascarenhas, 6.º conde da Palma (Lisboa, 30 de setembro de 1779 — 6 de março de 1843), manteve os encargos de João Ladisláu. Foi, contudo, sob seu governo que as turbulências políticas tocaram a Bahia com maior intensidade.

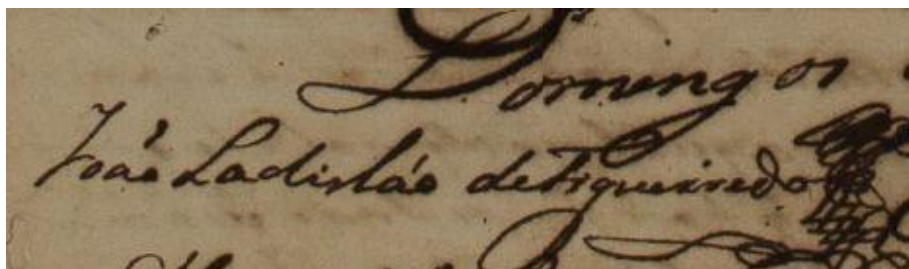
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "João Ladisláu de Albuquerque Mascarenhas". The name "Domingos" is partially visible above the main signature.

Imagem 1: Assinatura de JLFM em 1816. APEB. Judiciário. Livros de Notas de Tabelião. Fls. 150 v.

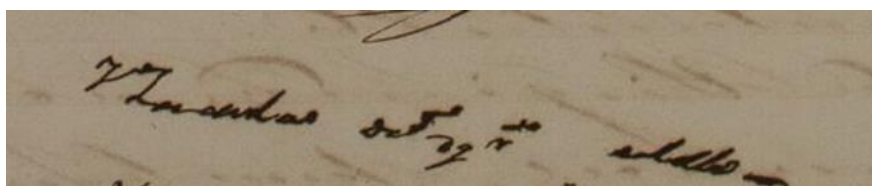
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, yellowish paper. The signature is written in a cursive script and reads "João Ladisláu de Albuquerque Mascarenhas". The signature is somewhat faded and less legible than the one in the previous image.

Imagem 2: Assinatura de JLFM em 1856, no seu testamento, doente e cego. APEB. Judiciário. Livros de Notas de Tabelião.

A notícia da Revolução do Porto, também referida como Revolução Liberal, que eclodiu a 24 de agosto de 1820 na cidade do Porto e que teve repercussões tanto na História de Portugal quanto na História do Brasil, incutiu aos amigos, o Boticário e o Barata, sentimentos diferentes, enquanto o primeiro comemorou com doações de fortuna, oferecendo “[...] muita moéda de prata com a soldadesca dos Corpos de Linha, que avisada pela noticia ia bater-lhe a porta [...]” (SILVA, 1866, p. 14), que como faz questão de enfatizar seu neto, [...] estava

á todos aberta” (SILVA, 1866, p. 14). Já o Barata, afirmou que por se tratar de uma “proclamação do Systema Monarchico-representativo”, (SILVA, 1866, p. 13) e que não contassem com ele.

O grupo político de João Ladisláu foi protagonista na agitação política iniciada na noite de 9 de fevereiro. José da Silva Lisboa, então Visconde de Cairú, na sua *Historia das principaes successos politicos do imperio do Brasil* (1827), no capítulo VIII, *Revolução na Cidade da Bahia*, revela o que ocorreu após as notícias da Revolução do Porto chegarem a Salvador:

Tendo as Praças do Porto e Lisboa activo Commercio com a da Bahia, as noticias de Revolução de Portugal chegarão em breve a esta Cidade, com as Proclamações e papelladas incendiarias do Douro e Téjo. Já os espiritos de seus habitantes se achavão exasperados com a nova do Despacho que ElRei havia feito em fim de Dezembro de 1820, nomeando o Conde de Villa-Flor para Governador da Capitania. **A Cabala Maçonica se precipitou a fazer (quanto antes) a explosão da Cratéra Revolucionaria da predominante sociedade correspondente do Grande Oriente.** Os Emissarios da antiga Metropole não perderão tempo em pôr no seu partido a Tropa do Paiz. [...] esta Praça, sendo quasi huma Colonia do Minho, tomou vivo interesse na Revolução do Porto; [...]. **Os naturaes da Bahia seguirão o impulso dado pelos emissarios da Cabala Maçonica de Lisboa. Poserão-se em movimento os membros mais activos das Sociedades Secretas, assaz notorios na chronica escandalosa do Paiz, cujos nomes ora he desnecessario individuar, por honra de suas pessoas;** He todavia impossivel não declarar alguns dos Corifêos, que forão a Causa de tantas desgraças da Nação Brasileira, e da propria Patria local, para execração da posteridade e são o Tenente Coronel Manoel Pedro de Freitas Guimarães, o Desembargador Luiz Manoel de Moura Cabral, e o Cirurgião Cypriano José Barata. [...] **A selecta Mestrança dos Pedreiros Livres em a noite de 9 de Fevereiro do corrente anno accordou no seu Club Jacobinico fazer acclamar a Constituição de Portugal** pelo Corpo de Artilheria na Praça do Trem, contigua ao Forte de S. Pedro. Os principaes Chefes da Tropa da Guarnição da Praça estavam de mãos dadas com o dito Tenente Coronel Manoel Pedro, Commandante do Corpo de Artilheria.<sup>30</sup>

O parágrafo acima revela a atuação das sociedades maçônicas da Bahia no início do processo de ruptura política que teve lugar na Bahia, após a Revolução do Porto. Não há razão para desacreditar as informações de José da Silva Lisboa, apesar um opositor das sociedades inciáticas, notadamente da Maçonaria.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup> LISBOA, José da Silva. *Historia das principaes successos politicos do imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1827, pp. 43-46.

<sup>31</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. Flores Celestes (1807): O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú. *Revista de Indias*, Madrid, v. 73, p. 789-824, 2013. <http://dx.doi.org/10.3989/revindias.2013.26>

Na Bahia já se teria notícia da Revolução do Porto pouco mais de dois meses após o início da mesma, posto que “em 27 de outubro do mesmo ano, a província da Bahia já tinha conhecimento do movimento constitucional” (SILVA, 2018, p.52). Embora a travessia Europa-América fosse longa, a notícia não demorou para chegar, os laços que ligavam Lisboa e Bahia eram em tamanha significância que esse tempo foi imediatamente encurtado. Os moradores de Salvador ao receberem a notícia logo se surpreenderam e tamanho foi o efeito que pareceu uma onda viral revolucionária para a sociedade baiana do século XIX. Em suma:

As propostas anunciadas pelo movimento vintista surgiram no horizonte político da Bahia como um caminho de possibilidades para a superação dos problemas que afligiam a sociedade – “violentos tributos”, “corrupção dos magistrados”, “pobreza dos povos”, precariedade na “agricultura, comércio e navegação”, além da incidência “de toda casta de opressão, despotismo e tirania”. A vinculação do movimento liberal aos valores inovadores daquele período – constitucionalismo e representação nacional –, combinados com o desejo de preservação da monarquia e a valorização da identidade nacional portuguesa, contribuiu para a ampliação do número de simpatizantes. A partir do momento em que os habitantes da província foram informados da vitória da Revolução do Porto, conspirações contra o governo e propostas de adesão ao novo regime assumiram uma posição de destaque. (SILVA, 2018, p.52-53).

No que se refere as doações feitas pelo Boticário, seu neto faz uma crítica ao cronista Inácio Accioli de Cerqueira e Silva, que em suas *Memórias Históricas da Província da Bahia*, afirmou que o João Ladisláu foi um homem mesquinho. E por se tratar de dois escritores contemporâneos, Evaristo Ladisláu da Silva solicita que o comendador corrigisse suas memórias. Accioli de Cerqueira e Silva, que viria a ser cronista do Império do Brasil, admite que João Ladisláu teve atuação direta nos preparativos bélicos para o movimento de fevereiro de 1821 em Salvador:

O capitão Joaquim José Velloso, ora tenente coronel, tratou logo de arranjar as tranças para murrões, convertendo nellas uma arroba de estôpa, cujo trabalho era feito na mesma casa do Aljube; João Ladisláu de Figueiredo prestou uma porção de facas para o serviço do parque, que não as tinha, e nem ainda se usava de tezouras para cortar as velas de composição, e cada um dos outros á proporção tratava de agenciar prosélitos, e preparar-se para a revolução. (SILVA, 1836, p. 9)<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> GARCIA, Manuel Correia. Historia da Independencia da Bahia. Typ. e Encadernação-Empreza Editora, 1900, p. 14.

Tamanha foi a importância da Revolução do Porto na vida do Boticário, na medida em que este sofreu ataques quando passeava e andava pela cidade baixa do Salvador. Como toda construção a respeito de alguém se dá por meio das informações que são transmitidas com o intuito de disseminar ódio ou notícias falsas, se faz necessário a reflexão do quanto o nosso presente é mergulhado em lances do passado. Segundo Jacques Le Goff (2013, p. 15) “com efeito, o interesse no passado está em esclarecer o presente”.

O deputado pelas Cortes Portuguesa, Vicente Antonio da Silva Correia, declarou que João Ladisláu afirmava que as tropas de Portugal eram formadas por ladrões. De acordo com o deputado luso, na Cidade da Bahia

Ha outro partido que é de homens máus, que não tem que perdêr, e querem prevalescêr-se d'estes acontecimentos para melhorárem de fortuna, e estes proclamam as voses da independencia e da liberdade. [...] **Ha lá um Boticario que é chefe e grande chefe d'estas facções**, o qual, como não póde fazer mais nada, diz que a Tropa de Portugal é de ladrões e a mais ruím que nós cá temos, tanto para fazer desmerecer na opinião publica, como para vêr se póde fazer ainda alguma cousa.<sup>33</sup> (SILVA, 1866, p. 21)

Tendo em vista o ataque destinado contra si, João Ladisláu preparou uma resposta ao deputado português. Impresso na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, em 17 de janeiro de 1822, nele o respondente declara que

Como o Boticario d'esta Cidade, que se tem dado por amor da Patria e da Nação em geral aos negócios publicos com mais afincamento, sou eu, ninguém que lèu aquella falla e a copia d'ella pelo Exacto-Redactor da Idade de Ouro duvidou que as sétas hervadas que V. Ex. desparou de tão longa distancia se dirigiram á mim; e por isso tenho rigorosa necessidade de defender-me de semelhante calumnia. (SILVA, 1866, ps. 21-22)

O Boticário cita em sua carta, que tem uma preocupação com o andamento político em sua nação e afirma que,

Em todos os tempos os homens que se extremáram do modo de pensar ordinário fôram perseguidos: eu por ventura, (ou por desgraça) conheci de mais longe a necessidade que tínhamos de uma reforma; visto que EL-Rei era quasi sempre enganado, e os negócios publicos íam de perdição em perdição. D'aqui o mal pelo qual até V. Ex. me perségue. (SILVA, 1866, p. 22)

---

<sup>33</sup> Fala do deputado Vicente Antônio da Silva Corrêa. Sessão de 18 de outubro de 1821. In: Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, n. 203, p. 2703. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/01/01/01/203/1821-10-18/2703>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

É possível perceber, como o João Ladisláu, ao publicar esse folheto, que estava esquecido entre os impressos baianos da Independência,

Sabio Congresso Nacional. Suponhamos porém, que por hum Phenomeno o mais extraordinario, tudo em nudecia (o que não he possível) não vive ainda o glorioso dia 10 de Fevereiro para fallar? Vive: que não morre, o que he verdadeiramente grande. Mas que importa esse máo tratamento que V. Ex.<sup>a</sup> me fez? Vergenhosa cousa era o ter praticado o contrario com aggravo de minha Conciencia: maiores perseguições nunca me fizeram, e nem me farão mudar o semblante.

*Senhor Siza Correa*, eu não escrevo em particular para deixar a V. Ex.<sup>a</sup> dúvidas a respeito do que digo: Esta carta hei de imprimilla, porque assim o exige a minha reputação, e imprimilla nesta Cidade; e verá V. Ex.<sup>a</sup>, que niaguem he capaz de contradizellr apresentando o seu nome; porque isso seria procurar o labeo de mentiroso público.

Teuho a rogar a V. Ex.<sup>a</sup> que por sua bondade já mais exponha, momente em público, a letra de alguma pessoa, como tão injustamente expôs a minha. Semelhantes materias requerem grande conhecimento de causa: credulidades indiscretas em negocios de tanto momento, na verdade não são cousas dignas de hum Varão Regenerador.

Perdue V. Ex.<sup>a</sup> se lhe tomei muito tempo; que para a minha demanda todo julguei pouco. Se lhe parecer, que Eu excedi os limites da decencia, e moderação fallando a meu respeito, a mim me pareço outro tanto; porém como era necessario dizer alguma cousa, e inda mais tinha que expender com a mesma verdade, fico tranquillo por esta parte, consolando-me além disto com repetir aqui as palavras do Illustre, e perseguido Bispo de Elvas, na sua Pastoral ao Cabido, Clero, Nobresa, e Povo do seu Bispado, e que vem no Diario do Governo n.º 281. = *Assim como a innocencia tarde, ou cedo, he sempre victoriosa; assim a intriga, e calumnia he sempre vergenhosa para seus Autores.* =

D. G.<sup>o</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> como nos he preciso,

Bahia 17 de Janeiro de 1822.

De V. Ex.<sup>a</sup>

O mais attencioso Servo,

*João Ladisláu de Figueiredo e Mello.*

BAHIA: Na Typographia da Viuva Serra e Carvalho.  
Com Licença da Commissão da Censura.

Imagem: Carta de 17 de Janeiro de 1822

Acervo do AMENDOC/UFRB

A imprensa era então, o local onde as controvérsias políticas eram publicizadas. Assumia importância ímpar nas redes políticas e intelectuais. Em Salvador, a partir de 1821, com o fim da censura prévia, houve um crescimento significativo do número de periódicos e folhetos avulsos. Até 1821, existia apenas a *Idade d'Ouro do Brasil*, redigido por Ignacio José de Macedo. Após a Revolução Constitucional, surgiram o *Semanário Cívico*, redigido por Joaquim José da Silva Maia, *Sentinella Bahiense*, *Diário Constitucional*, que mudou o nome para *O Constitucional*, *A Abelha*, *O Independente Constitucional*, *Minerva Bahiense*, *O Analisador Constitucional*, *O Baluarte Constitucional*, *O Espreitor Constitucional*.

Apesar de certo protagonismo na agitação política que levou a batalha campal nas ruas de Salvador em 13 de fevereiro de 1821, que resultou na deposição do governador português Conde da Palma e na morte do tenente Hermógenes Pantoja, amigo de Cipriano Barata e João Ladislau, nenhum desses dois personagens assumiram cargos políticos estratégicos na nova composição política local. De acordo com Marcelo Siquara

A maioria dos indicados para o novo governo já havia exercido alguma função de prestígio no período anterior ao movimento. Luiz Manuel de Moura Cabral e Paulo José de Mello Azevedo e Brito, por exemplo, eram, respectivamente, desembargador do Tribunal da Relação da Bahia e membro do Senado da Câmara de Salvador. Por outro lado, pessoas que tiveram influência direta na construção e execução do movimento, tais como Cipriano José Barata de Almeida e João Ladislau de Figueiredo e Mello, não foram contempladas. Tal situação decorre do próprio processo de seleção. Ou seja, para os cidadãos ilustrados que participaram daquela reunião, não foi conveniente a inclusão de dois expoentes tidos socialmente como revolucionários. Naquele momento, a opção pela escolha de categorias vinculadas ao Antigo Regime representou uma tentativa de se construir um consenso em torno da primeira Junta de Governo.<sup>34</sup>

Uma razão para que tanto Cipriano quanto João Ladislau não ascendessem a cargos na junta governativa ou no novo governo que se iniciava talvez reside em que, possivelmente, suas posições políticas eram mais radicais do que a maioria dos portugueses e até mesmo grande parte dos brasileiros estivessem dispostos a aceitar. Tomando como parâmetro o histórico de Cipriano José Barata, separatista e republicano, é possível que João Ladislau acompanhasse os ideais político do seu amigo. Isso pode explicar o rompimento, que Joaquim José da Silva Maia afirmou existir entre o boticário e Paulo José de

---

<sup>34</sup> SIQUARA, Marcelo Renato. *A cultura letrada na Bahia (1821-1823): A experiência da independência brasileira*. Tese. PPGH-UFBA, 2018. p. 57.

Melo Azevedo e Brito, que passou a integrar a junta de governo, que manteve certo alinhamento aos interesses de Portugal:

Principiando-se as Eleições para Deputados, e o nosso homem que se julga capaz para todos os Empregos [Paulo José de Melo Azevedo e Brito], auxiliado então pelo seu particular amigo, o Boticario Muniz, vê com grande magoa, que he illudido, e nem Compromissario sahio: raivoso blasfema contra João Ladisláo de Figueiredo, espalhando versos satiricos contra elle, forjados naquella botica, por ser elle o motor de lhe faltarem votos.<sup>35</sup>

Outra versão dos fatos incide em um depoimento do próprio Paulo José de Melo Azevedo e Brito, segundo o qual João Ladisláu parece ter buscado a manutenção da unidade constitucional entre Brasil e Portugal, às vésperas do 3 de novembro de 1821. De acordo com o membro da Junta provisória, tia como pró-Portugal:

De mil embustes lançou mão o perverso (Gordilho), até que se deparou com hum [a rivalidade entre Portuguezes e Brasileiros] que, posto lhe não tenha aproveitado ainda para seus ultimos fins, sortio-lhe completamente bem para a projectada vingança e mesmo transcedeo sua expectação; porque, acordando ciumes velhos, pôz a divisão entre os habitantes desta Cidade. Dentro em pouco vio-se João Ladislao, [até ali querido dos naturaes de Portugal] suspeito, e odiado por a mór parte d'elles; firme porem este Benemerito Cidadado nos proclamados principios, e juramentos prestados, nem por isso arripiou a carreira: digo-o assim, e assim o assevero á fé de homem de bem, porque estou tão seguro do seu character, como do meu proprio. Esta constancia, que o despejado Gordilho tentou abalar antes do célebre dia 3 de Novembro [quem o acreditará!] procurando vilmente passear com João Ladisláo.<sup>36</sup>

Ainda sobre o 3 de novembro, um anúncio avulso publicado pelo cadete João Primo<sup>37</sup>, em 22 de julho 1823, para se defender de acusações públicas, menciona João Ladisláu Figueiredo e Mello, como um “iludido constitucional”:

Quando reconheci a traição manejada pela infernal Junta do Governo do celebre dia de 10 de Fevereiro de 1821!!! Sentei praça de Soldado voluntario, a fim de rogar a Tropa do Paiz, para não anuir no desembarque dos Lôbos Luzitanos, e sim exigirem a remessa para Portugal do Batalhão n.º 12, que só existia n'esta soffredora Provincia, cujos esforços foram baldados, por persuasões dos iludidos Constitucionais Cypriano José Barata, **João Ladisláo**, e outros clarins dos Membros da dita Junta Provisiona!!!!!! Os luctuosos dias 3 de Novembro de 1821, e 19 de Fevereiro de 1822, afogentaram-me para o Reconcavo, e ali rogava com

---

<sup>35</sup> Semanario Civico, n. 90, 1822.

<sup>36</sup> BRITO, Paulo Jozé de Mello Azevedo. Carta de hum membro da preterita junta do governo provisional da Provincia Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 9.

<sup>37</sup> SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na Revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). Almanack Braziliense, v. 7, p. 102-118, 2008. Para a participação de João Primo no movimento político de 1821.

instancias aos meos Concidadãos, que acudissem aos clamores da insultada, e Chara PATRIA.<sup>38</sup>

O fato é que tanto na fala de Joaquim José da Silva Maia, João Primo, e Paulo José de Melo Azevedo e Brito, João Ladisláu aparece como um personagem central nos meses finais de 1821, quando manutenção do Reino Unido a Portugal e Algarves já parecia estar cada dia mais inverossímil.

Apesar de não ocupar cargos efetivos, ao tempo da turbulência constitucional, João Ladislau já estava consolidado com um grande potentado local. No Arquivo Histórico Municipal de Salvador, em documento de 24 de junho de 1821, referente a escolha da Junta Eleitoral da Comarca da Bahia, foi registrado que João Ladislau pertencia ao grupo social formado por “senhores de engenho e proprietários de terras”.<sup>39</sup> Seus engenhos do Caji e de Brotas dariam suporte ao Exército Libertador na guerra que se desenhava no horizonte.

Entre os dias 6 e 10 de fevereiro de 1822, em comemoração ao primeiro aniversário do movimento constitucional, o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães concedeu algumas promoções, que incluíam personagens com histórico de contestar o governo de Portugal. Naquele conjunto de indivíduos, a 10 de fevereiro, o boticário João Ladislau, citado nas Cortes de Lisboa como “grande chefe de facções”, foi contemplado com o posto de coronel de milícias “agregado a um dos Regimentos da segunda Linha desta Cidade”.<sup>40</sup>

É necessário salientar que Manuel Pedro de Freitas Guimarães e João Ladisláu de Figueiredo e Mello eram amigos de longa data na cidade do Salvador. Evaristo Ladislau afirma que o militar brasileiro era “Natural da Bahia, nascido em 1778, ao completar 18 anos de idade, Manoel Pedro ingressou como aspirante voluntário na Companhia Real dos Guardas-Marinhas”. Ainda observa a dificuldade do oficial em galgar postos superiores, posto que “Após 25 anos de serviço, Manoel Pedro ainda ocupava o posto de tenente coronel do Regimento de Artilharia” (SILVA, 2018, p. 73). A controvérsia pelo governo das armas da Bahia, contrapondo Madeira de Melo e o Manuel Pedro, seria um dos pontos de

---

<sup>38</sup> PRIMO, João. Annuncio. Bahia: Na Typ. Nacional, [1823]. p.1.

<sup>39</sup> Arquivo Histórico Municipal de Salvador. Livro das eleições da Junta Eleitoral desta comarca. Bahia: 24 de junho de 1821.

<sup>40</sup> Officios, e documentos dirigidos às Cortes pelo Governador das Armas da Provincia da Bahia, em data de 7, e 17 de Março deste anno: E tambem a Representação dirigida ás Cortes por diversas classes de Cidadãos da Bahia em 22 de Fevereiro do mesmo anno. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822, p. 7.

inflexão que levaria aos primeiros movimentos militares da guerra de Independência do Brasil na Bahia em fevereiro de 1822.

### **3.2 – A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA.**

A dissolução do Império Luso-Brasileiro ocorreu de maneira mais intensa nas províncias do norte, devido à negligência por parte do poder imperial nessas áreas e à acumulação de experiências de luta ao longo de séculos anteriores. Em diversos momentos, as províncias se uniram para fazer frente a um poderoso inimigo em comum, como demonstra Lina Maria Brandão de Aras (2017):

O momento da guerra foi aquele em que as províncias, especialmente as do Norte, encaminharam o reforço necessário à formação de um exército que livraria a província da Bahia das amarras portuguesas. Aquela era, portanto, uma guerra de todos e como tal deveria contar com os sacrifícios de todas as províncias. O desafio estava em vencer as barreiras físicas para promover as articulações que definiam o perfil de cada uma delas e o papel a ser desempenhado na construção do estado nacional. (ARAS, 2017, p. 260).

Os acontecimentos dos Oitocentos no contexto luso-brasileiro derivaram da insatisfação arraigada na sociedade colonial ao longo de séculos passados, em um cenário social e mental impregnado pela exploração do Antigo Regime nos trópicos. As insurgências que eclodiram em determinadas províncias – algumas delas contando com o apoio de outras, vale a lembrança – já evidenciavam a vontade de promover mudanças. Inicialmente, esses movimentos apontavam para a má gestão da colônia, a carga tributária elevada e os conflitos de interesse entre os habitantes coloniais. No entanto, a partir do século XVIII, as revoltas passaram a adotar um caráter separatista – exemplificado pela Inconfidência Mineira (1789), Conjuração Baiana (1798) e Revolução Pernambucana (1817) –, gerando considerável agitação entre as autoridades.

As reivindicações do Período Colonial não foram eventos isolados na história mundial, visto que o ambiente criado após a Tomada da Bastilha, em julho de 1789, iniciou uma explosão revolucionária no velho continente (FALCON, 1988, p. 74). Os ideais do movimento ecoaram nas colônias situadas do outro lado do Atlântico, principalmente através dos indivíduos que tomaram

conhecimento das ideias que circulavam e da radicalização dos processos políticos.

A Bahia, centro político da colônia até 1763, experimentou, com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, momentos de instabilidade que avassalavam o Brasil. A situação da capitania era crítica nas primeiras décadas do século XIX, em que uma intensa crise econômica, política e social acometia os cidadãos. Os portugueses que residiam na Bahia eram, entretanto, em sua maioria, comerciantes e ocupavam os altos cargos administrativos. O contraste social ficava cada vez mais evidente, e os nascidos no Brasil, especialmente na camada mais pobre, passaram a reivindicar seus espaços na sociedade colonial. Excede ao presente estudo um estudo pormenorizado da guerra de Independência do Brasil na Bahia, realizado em grande medida por pesquisadores de referência à exemplo de Luís Henrique Dias Tavares e Sérgio Amando Guerra Filho, dentre outros historiadores. Cumpre aqui, compreender o papel de João Ladisláu naquele episódio.

De acordo com Antonio Pereira Rebouças, nas suas memórias publicadas nos anos de 1879, até fevereiro de 1822 alguns indivíduos nutriam esperança de que a ruptura entre Brasil e Portugal poderia ser feita pacificamente. Dentro da cidade, João Ladisláu, por meio de cartas, comunicava aos seus correligionários no Recôncavo sobre a indisposição dos portugueses em relação a aceitar a separação pacificamente

afirmando o capitão Teixeira, que era ha poucos dias vindo da cidade, e lá não observára o menor signal de disposição do partido portuguez a favor de nossa causa, senão a mais crescente indisposição hostile; **e que n'isso confirmara uma carta ha pouco recebida de seu compadre João Ladisláu de Figueiredo, patriota mui dedicado e perspicaz, que de certo não teria deixado de lhe dar noticia de uma novidade tão considerável, si não fosse imaginaria**; e o confirmou o Dr. Barata por sua parte declarando ter chegado recentemente da cidade, onde não havia nenhuma notável mudança: constando que o patriota Dr. Montezuma, como vereador da Camara Municipal e escriptor do Constitucional, continuava a ser objecto da maior animadversação do partido lusitano, passando até por certo que elle por segurança individual não pernoitava em sua própria casa, acautelando-se na de alguma pessoa de sua intima confiança (REBOUÇAS, 1879, ps. 42-43).

João Ladisláu deve ter assistido ao início dos conflitos ainda dentro da cidade. De acordo com um documento datado poucos anos após a Guerra, em 1828, Madeira de Melo teria determinado que os produtos da botica de João

Ladisláu fossem empregados no Hospital Militar, causando-lhe um prejuízo de mais de 4 contos de réis. Um registro da Câmara dos Deputados confirma que

emprestimos feitos por capitalistas áquelle chefe da facção lusitana occupante da sobredita cidade da Bahia, e que esta disposição se não pode estender ao credito daquelles cidadãos, que como o supplicante [João Ladisláu] foi forçado a supprir com generos do seu trafico ao governo existente, que imperiosamente lh'os demandava.<sup>41</sup>

Um prejuízo de mais de 4 contos deve ter deixando o boticário bastante insatisfeito com o partido português. Mesmo após a guerra ter sido iniciada, em junho de 1822, a imprensa e as boticas continuaram como espaços onde o conflito se desenrolava. Sua relação, na verdade, se tornou ainda mais intrínseca. Os ataques políticos publicizados em jornais, eram amplificados nas boticas:

Depois que V. m. annunciou no n. 44 que havia falecido o Diario Constitucional (aliás anti-Constitucional) nunca mais me lembrei de seus Redactores; suspeitei com tudo, que elle não havia falecido, como V. m. então pensára, o que fez, foi mudar a fórma; andou por algum tempo transformado em morcego, xupando o quantos unguentos velhos, e óleos rançosos havião em certas boticas, e de quando em quando tampem dava sua dentada na boa gente.[Morcego, era o titulo que tinha hum Libello, que occultamente se espalhava em algumas boticas, em forma de Gazeta, aonde erão insultados os Cidadãos honrados, e algumas familias honestas; Dizião as más linguas, que era obra de...] Mas, como se descobrisse nas Boticas do Carmo, e de S. Bento hum remedio especifico para matar estes animaes.<sup>42</sup>

Um folheto anônimo impresso na Bahia em 1822, intitulado *Diálogo interessante entre um constitucional, um filósofo e um Bonifácio* confirma o protagonismo das boticas como espaços de agitação política e intelectual. De acordo com Marcelo Siquara

---

<sup>41</sup> *Annaes do Parlamento Brasileiro. Camara dos Srs. Deputados. Terceiro Anno da Primeira Legislatura. Sessão de 1828. Tomo Primeiro.* Rio de Janeiro: Typographia Parlamentar, 1876, p. 181. Na Sessão de 29 de Maio de 1828, a “comissão de fazenda examinou o requerimento de João Ladisláu de Figueiredo e Melo, boticario da cidade da Bahia, em que recorre por via de petição ao corpo legislativo para que se lhe mande satisfazer a importancia de 4:148\$100 procedentes dos remedios que aviou da sua botica para o hospital militar da mesma cidade da Bahia, durante a occupação das tropas lusitanas. A commissão observa que o supplicante tem a sua intenção fundada para haver este pagamento em um papel corrente com despacho da junta da fazenda da Bahia de 21 de Abril de 1823, que lh’o mandou satisfazer sobre informação e calculo da respectiva contadoria, e que a mesma junta em contravenção deste mesmo despacho, deu outro em 15 de Dezembro do dito anno sobre a resposta do procurador da fazenda, havendo que esta divida estava comprehendida na classe daquelas que contrahira o governo militar de Madeira [de Melo], e cuja obrigação se annullára pelo decreto de 12 de Novembro de 1822”. Os membros da comissão da Câmara dos Deputados, por parecer de 22 de maio de 1828, orientaram ao supplicante que dirigisse a petição ao governo.

<sup>42</sup> *Semanario Civico*, n. 55, 21 de março de 1822, p. 2.

Um impresso denominado Diálogo Interessante<sup>43</sup> destacou o papel das boticas enquanto espaço privilegiado para realização de debates. Produzido na Tipografia da Viúva Serva e Carvalho, este documento apresentou o confronto de ideias entre três personagens fictícios – um constitucional, um filósofo e um bonifácio. Ao longo do diálogo, os respectivos personagens manifestaram o seu posicionamento político sobre os eventos que estavam em curso. Entre as falas apresentadas por cada protagonista, chamou a nossa atenção a descrição apresentada pelo filósofo. Segundo tal personagem, eram nas boticas de Salvador que muitas pessoas tinham acesso aos discursos proferidos por diferentes pensadores, tais como “Rainal, [Thomas] Pen, Mably”, entre outros. Eram nestes locais que os cidadãos baianos tratavam abertamente sobre dinâmicas políticas vivenciadas nas “Repúblicas Gregas” e “Romana”, bem como sobre as mudanças produzidas pela “Revolução dos Estados Unidos” (SIQUARA, 2018, p. 88)

Assim, as boticas também operavam também no interior como um *locus* de agitação política. Em Itaparica, o centro político durante a Guerra de Independência era a botica de João Batista Massa.

A guerra, contudo, não é feita apenas com palavras, mas também com soldados e armas. O teatro da guerra manteve seu epicentro nos entornos de Salvador. Em dois lugares estratégicos para o desenrolar dos conflitos entre o brasileiros e portugueses estavam dois engenhos do Coronel João Ladislau.

Pertendem deitar abaixo com tiros de artilheria o mirante da Boa-vista. As famílias que ultimamente daqui tem sahido estão alojadas pelas Brotas, e suas immediações, que [ilegível] da polvora he na Campina de João Ladisláo.<sup>44</sup>

João Ladislau de Figueiredo e Melo um grande latifundiário da região e senhor de engenho, sendo um deles o do Cajá, em Santo Amaro de Ipitanga, onde estava localizado seu engenho de cana de açúcar e funcionou como uma espécie de hospital de campanha no processo de lutas pela consolidação da independência na Bahia. (...)

João Ladislau atuou de forma ativa e significativa nas lutas pela independência e no término da guerra foi agraciado pelo imperador D. Pedro I com o título de Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis e Major agregado do 3º Batalhão de 2ª Linha. João Ladislau era avô de José Álvares do Amaral, filho de sua filha Anna Figueiredo e Mello Amaral e Antônio Joaquim Álvares do Amaral, que junto com Joaquim José

---

<sup>43</sup> Diálogo interessante entre um constitucional, um filósofo e um bonifácio. Bahia: Tipografia da Viúva Serva e Carvalho. 1822.

<sup>44</sup> Semanario Civico, n. 106, 20 de março de 1823, p. 4.

Pinheiro, arrecadou a soma de quatro contos de réis para a compra de mantimentos para a tropa baiana.<sup>45</sup>

---

<sup>45</sup> <https://www.blogdomarciowesley.com.br/2022/11/lauro-de-freitas-na-independencia-da.html> . De acordo com Márcio Wesley: “José Álvares do Amaral, nasceu no dia 17 de outubro de 1822 no Engenho Caji e, além de neto materno do veterano de guerra João Ladislau de Figueredo e Melo, era sobrinho pelo ramo paterno do tabelião de notas, Francisco Ribeiro Neves. Logo nos primeiros anos, após as lutas pela Independência da Bahia, Francisco Ribeiro Neves, Francisco José Corte Imperial e o cônego Manoel Joaquim de Almeida mandaram construir o primeiro carro alegórico em homenagem ao 2 de Julho”.

# SEMANARIO CIVICO.

ANNO DE 1823.

N.º 90.

QUINTA FEIRA 21 DE NOVENBRÔ.

Ne quid veri tacere non audeat.

Cicero.

B A H I A.

Refutação ao n.º 16 do Baluarte.

Quando tentamos a redacção deste Periodico logo receamos, que o espirito de partido empregaria as armas da calumnia, e da intriga para deprimir-nos; n'õrmente sendo nós, além de Redactor, hum dos que figuramos como homem Publico no memoravel dia 10 de Fevereiro de 1821; e tanto mais se augmentarão nossos receos, quando recordamos a maxima de Filangier = que o espirito de partido dá ao erro huma força invencivel, que faz a verdade retardar a sua marcha, vendo-se atacada, e calumniada de todas as partes = mas nós cobertos com a Egide da Sagrada Causa que defendiamos, ousamos affrontar aquelle inimigo, e logo adaptamos por maxima não responder ás injurias e sarcasmos, que nos dirigissem: daqui provém o nosso silencio ás injurias pessoais, que contra nós vomitáto os Redactores do Rio, Pernambuco, Londres, e o Constitucional da Bahia; e ultimamente os ralhos desaguizados do Analisador; e o mesmo deveriamos fazer ás inepcias insultantes do *homem-zarrão* Baluarte; porque, a melhor resposta para refutar os novos *Aretinos*, he a doutrina da nossa mesma Folha: mas como nem todos os que leem o fogoso Baluarte, talvez leão o *Semanario*, e outros falta-lhe a penetração necessaria para conhecerem o espirito, que dirige os Redactores; neste caso o nosso silencio seria huma confissão tacita de taes calumnias: he pois nesta consideração que vamos responder-lhe, pela primeira, e ultima vez, ou alias, ao occulto agente que o faz mover. Mostraremos qual tem sido o seu civismo, e os fins a que se dirige o Baluarte.

Para conhecermos o espirito constitucional de qualquer, não basta que elle o diga, que por tal se acclame nas praças publicas, que chame aos outros *corcundos*, e que o pequeno numero da sua facção apregoem a sua constitucionalidade; o homem prespicaz não se deixa iludir com taes ralhos, ordinarias em todos os velhos:

examina a conducta domestica, e publica de taes individuos, e só factor authenticos o decidem a formar os seus juizos; como as unicas provas que pod' m caracterisar os sentimentos patrioticos e qualquer. Examinemos pois as acções do *homem-zarrão*; conheceremos, se, o seu civismo he tal, qual elle nos inculca.

No dia 10 de Fevereiro de 1821, quando os verdadeiros Portuguezes passivos de nobre entusiasmo concorrerão ás Casas da Camara para proclamarem a Constituição; este *Aretino* ninguem o viu, n'õr passados alguns dias; porque esteve occulto na sua roxa proxima á Cidade, em observação, em quanto que os Constitucionaes, expostos a todos os perigos, lançavã por terra o despotismo. Eis o primeiro ensaio da sua constitucionalidade!

Raivoso porém pela gloria que outros havião adquirido, e invejoso dos feitos que elle era incapaz fazer, principiou a desdenhar de tudo, inculcando-se por hum homem importante; e para mostrar o seu civismo, ou antes, para nutrir o seu orgulho, pretendeo instellar huma Sociedade Patriotica para servir de conselho privado á ex-Junta do Governo, que não lhe havia encarregado aquella tarefa, nem precisava de suas instrucções: mas como já era assaz conhecido seu character turbulento, ficão por esta vez frustrados seus intentos.

Criou a ex-Junta do Governo huma Commissão composta de Negociantes para examinarem os Livros do Thesouro; eis o nesso *homem-zarrão* espumando raivoso por não ser contemplado; em todos achou defeitos, e n'õr em particular no prebo José Duarte Coelho; e o ex-Governador Filgueiras fez o alvo de seus tiros.

Principiarão-se as Eleições para Deputados, e o nosso homem que se julga capaz para todos os Empregos; auxiliado então pelo seu particular amigo, o Boticario Muniz, vê com grande magoa, que he illudido, e nem Compromissario sabio: raivoso blasfema contra João Ladislão de Figueiredo, espalhando veros satiricos contra elle, forjados naquella botica, por supri

Imagem: Semanário Cívico de 21 de Novembro de 1822

Acervo da Biblioteca Nacional

Por seus serviços na Guerra de Independência, João Ladislau recebeu, a 12 de outubro de 1824, a comenda de cavaleiro da Ordem de Cristo.<sup>46</sup> A 11 de março de 1826, foi contemplado com a comenda de cavaleiro da Ordem de Aviz.<sup>47</sup>

Na imprensa e fontes diversas, o nome de João Ladisláu fica associado ao epíteto de “Patriota” e isso pode ser visto décadas depois da guerra. Um editorial de 1852, publicado no Rio de Janeiro, ainda apelidava, em caixa alta, João Ladisláu de “patriota exímio da Independência”, afirmando que tanto ele quanto o filho observavam a proibição do tráfico de africanos, legalmente determinada após 1850:

Nem deixaremos de notar, tambem, que esse ministro procura fazer victima do trafico de africanos ao Sr. desembargador Japi-Assú, que sempre o reprovou, imitando ao seu HONRADO PAI o Sr. coronel João Ladisláo de Figueiredo e Mello, PATRIOTA EXIMIO DA INDEPENDENCIA, e quando é por todos sabido que annos respeitarão sempre a lei que o prohibio, e depois della publicada nunca comprarão um só africano.<sup>48</sup>

### **3.2 – MANTENEDOR DA ORDEM IMPERIAL: DEPUTADO E SENHOR DE ENGENHO NA PROVÍNCIA DA BAHIA (1824-1856)**

No ano de 1826, o Imperador Dom Pedro I foi visitar a Bahia e como de costume por parte dos súditos, o João Ladisláu Figueiredo e Mello foi ao seu encontro para cumprir o hábito do beija-mão. Na realização do ato, o Imperador questionou o boticário sobre o porquê ele não se encontrava trajado de sua farda militar. D. Pedro “perguntou-lhe com aquelle desembaraço que lhe era próprio e natural – como era, que assim lhe aparecia quando era Coronel?” (SILVA, 1866, p. 42). A resposta de João Ladisláu então foi que:

[...] não tendo sido confirmado na Patente de Coronel, que o Brigadeiro Manuel Pedro lhe havia conferido reputando valiosos seus serviços prestados á Constituição proclamada em Fevereiro de 1821, entendia não dever usar de distintivos para os quaes não estava authorisado (SILVA, 1866, p. 42).

---

<sup>46</sup> O Spectador Brasileiro (Rio de Janeiro) n. XLVII, 18 de Outubro de 1824, p.1

<sup>47</sup> O Spectador Brasileiro (Rio de Janeiro) n. CCLV, 5 de Abril de 1826, p.2

<sup>48</sup> O Grito Nacional (Rio de Janeiro), n. 410, 20 de junho de 1852, p. 4.

O Imperador escutando, porém, as explicações de João Ladisláu, confirmou que ele era

Coronel –, e logo o promoveu ao Posto de Coronel agregado ao Terceiro Batalhão da Segunda Linha da Capital, o que lhe foi comunicado em deseseis de Março de anno mencionado por Francisco Gomes da Silva, e isto por atender Sua Magestade aos seus serviços (SILVA, 1866, ps. 42-43).

A sua aceitação pelo reconhecimento promovido pelo próprio Imperador D. Pedro I, condecorando-o *Coronel agregado ao Terceiro Batalhão da segunda linha da Capital*, muito diferente da postura de personagens como Cipriano Barata e Francisco Agostinho Gomes, que não se submeteram ao projeto imperial brasileiro coloca em questão a trajetória de indivíduo rebelde, que atuava por vias não oficiais, mas que então se torna mais um personagem a se alinhar à unidade constitucional imposta a partir do Centro-sul do país. Aparentemente, abandona os ideais outrora materializados em atos de rebeldia contra o sistema vigente. Isso explicaria o apagamento de determinados personagens da História do Brasil?

O neto de JLFM, Evaristo Ladislau da Silva, construiu uma representação política e intelectual para atender aos anseios de um novo período do Brasil oitocentista, assinalado pelo Segundo Império (1840-1889) e pela estabilidade política interna. Busca elevar a biografia do seu avô, apresentando-o com um agente da construção da ordem na província da Bahia. Por essa razão, é possível que este tenha utilizado de mecanismos para suprimir a memória revolucionária da juventude do avô. Isso explicaria então, o pouco espaço emprestado aos eventos ocorridos entre 1798 e 1820, mas destacando o período que se segue a 1821.

João Ladisláu seria efetivamente atuante no episódio da Revolta dos Periquitos. Ele foi incumbido pelo Conselho da Província, junto com Manoel Ignacio da Cunha Menezes, para tentar pacificar os militares rebeldes, levando o teor da ata do referido Conselho de 27 de outubro, que teve em “vistas manter a harmonia entre Cidadão (sic) preocupados de desconfiança, e que os habitantes desta capital de conservação firmes no juramento da Constituição do Imperio, e obediência a Sua Magestade O Imperador”.<sup>49</sup> Luis Henrique Dias

---

<sup>49</sup> Grito da Razão, n. 74-75, 23 de dezembro de 1824, p. 6.

atavares observa que foi “bastante ilustrativo que as escolhas tenham recaído em pessoas que sempre tiveram posições políticas opostas : João Ladislao de Figueiredo e Mello e Manoel Ignacio da Cunha Menezes”.<sup>50</sup> De acordo com as memórias do cirurgião do exército, Luiz Cláudio da Costa, testemunha dos fatos ocorridos na Bahia,

João Ladisláo de Figueiredo, e o tenente-coronel Manoel Ignacio da Cunha, que não partiram logo, ou por causa do grande temporal, ou por assentarem (o que é mais provável) convir em favor do apreço que os ditos commandantes deveriam fazer d’este convite, retardarem a sua partida, como retardaram por quatro dias.<sup>51</sup>

Apesar da demora, os mensageiros foram até a Vila de Abrantes, onde estavam estacionados os batalhões rebeldes. Ainda de acordo com Vicente Ribeiro Moreira, redator do *Grito da Razão*, os enviados tiveram algum sucesso na missão:

A chegada do Coronel João Ladisláo de Figueiredo, e do Ex.<sup>mo</sup> Tenente Coronel Manoel Ignacio da Cunha, que em virtude do Conselho do dia 27 tinham ido por parte do Excellentissimo Snr. Presidente em Deputação á Tropa que se retirara, animando os amigos da Ordem, exasperou os malvados. Estes enviados trazem em resposta que o 1.<sup>o</sup> e 2.<sup>o</sup> Batalhão não entrariam na Cidade, sem imediata resolução de S. M. I. e C., a cuja Augusta Presença já tinham mandado dous enviados, salvo se publicamente se havião feito naquelles dias.<sup>52</sup>

Nota-se que João Ladisláu, cuja a imagem até 1822 estava constantemente associada a um rebelde ou conspirador, após a Independência, passa a ter seu prestígio político utilizado na manutenção da ordem. Possivelmente por conta do prestígio angariado foi eleito para o conselho da Província, ocupando o cargo desde outubro de 1824 até 1833. A partir daí, o velho rebelde passou a ser, na agitada Bahia um agente da ordem imperial.

Seu prestígio social continuava em ascensão. No ano de 1827, João Ladislau foi chamado a ser prior da Casa Santa Casa de Misericórdia. (SILVA, 1866, p. 132)

---

<sup>50</sup> TAVARES, Luís Henrique Dias. O Levante dos Periquitos. Salvador: Universidade federal da Bahia / Centro de Estudos Baianos, 1990, p. 30.

<sup>51</sup> Memoria Descriptiva dos Attentados da Facção Demagogica na Provncida Bahia contendo a narração circunstanciada da rebelião de 25 de Outubro de 1824. in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico, Rio de Janeiro, n. 34, 1867, p. 284.

<sup>52</sup> Grito da Razão, n. 76, 25 de dezembro de 1824, p. 1.

Sem hesitar tomou sobre seus ombros a reconstrução do templo, e no espaço de 14 anos o fez tudo de novo desde os seus primeiros fundamentos, faltando-lhe apenas o frontispício e a segunda torre, e pequenas coisas em comparação do que deixou acabado. (SILVA, 1866, p. 131)<sup>53</sup>

Às suas próprias expensas mandou construir e remeter para a Vila Santa Cruz, no sul da Bahia, um cruzeiro para assinalar a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500.

A saúde, contudo, começa a lhe atalhar o passo. Em algumas sessões ordinárias, o então conselheiro João Ladislau de Figueiredo e Mello não se fez presente, já alegando motivos de saúde, como na 22ª sessão em 15 de outubro de 1833. De acordo com a ata do Conselho da província “Foi aberta a Sessão estando presentes o Illmº. e Exmº Sr. Presidente, e os Senhores Conselheiros do Governo abaixo assignados faltando com cauza o Sr. Conselheiro Ladisláo”.<sup>54</sup> A idade começava a pesar para o velho boticário.

Durante os eventos da Sabinada, iniciada em 7 de novembro de 1837, já cometido pela doença nos olhos e resguardado no Engenho da Campina Grande, João Ladisláu enfrentou um grupo de pessoas que emigravam para o Exército da Legalidade no Recôncavo Baiano, “algumas pessoas da cidade de onde se havia proclamado a revolta, que escolheu Presidente João Carneiro da Silva Rego” (SILVA, 1866, p. 85).

De acordo com Evaristo Ladilau, no alvorecer de uma manhã, “uma partida de soldados” lhe apareceu “ao mando de um certo Manuel Vaz Sodré, que lhe queria correr a casa”. (SILVA, 1866, ps. 85-86). Inspirado, talvez, pelas experiências de 1798, 1817 e 1821, respondeu ao comandante que fosse

---

<sup>53</sup> ALVES, Marieta. O comércio marítimo e alguns armadores do século XVII na Bahia (II). Revista de História (USP), 1967, pp. 96-97. Inocêncio José da Costa faleceu em 31 de agosto de 1805. Quase 23 anos depois de sua morte, em sessão realizada no dia 3 de fevereiro de 1828, o então Prior Coronel João Ladislau de Figueiredo e Melo propôs a colocação do retrato daquele benemérito Irmão na sala da Secretaria da Ordem, proposta aplaudida e aceita unanimemente. Sem perda de tempo, cuidou-se de pôr em prática a resolução de 3 de fevereiro, e no dia 19 de março seguinte a Mesa da Ordem Terceira do Carmo teve a satisfação de cumprir um dever indeclinável — o de gratidão. Coube ao Prior Coronel João Ladislau de Figueiredo e Melo passar em revista os serviços prestados à Irmandade, pelo ex-Prior homenageado, nos diversos cargos que exerceu, desde 1763, com “assiduidade, desvelo e honra”.

<sup>54</sup> BARROS, Francisco Borges. (ed.). Actas do Conselho da Presidência de 1833 a 1834. In: Annaes do Museu da Bahia. Vol. XVII. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1929, pp. 5-133. Acesso: [http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/2/3/9/23970443133748631958e7ac356f3e1f56f845e63250ed29f08715846cd286f5/BR\\_BAAPEB\\_APEB\\_PUB\\_ANS\\_15\\_Parte1.pdf](http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-do-estado-da-bahia/2/3/9/23970443133748631958e7ac356f3e1f56f845e63250ed29f08715846cd286f5/BR_BAAPEB_APEB_PUB_ANS_15_Parte1.pdf)

embora de sua casa e dissesse ao “Senhor João Carneiro, que quando se meter em revoluções, não as faça com essa gente, procure seus amigos velhos com os quais andou nos trabalhos da Constituição e da Independência” (SILVA, 1866, p. 86).

Após o fim da Sabinada, em março de 1838, a província da Bahia entra em um período de gradual pacificação, ainda que permaneçam pequenas rusgas de natureza antilusitana, no dia-a-dia ou na imprensa, fato é que não ocorre, a partir dali, manifestação rebelde relevante na Cidade da Bahia. A derrota dos sabinos assegurou a manutenção da unidade constitucional.

Nos anos de 1840, apesar de experimentar o peso da idade e de problemas oftalmológicos, João Ladisláu gozou um período de relativa tranquilidade, dividindo seu tempo entre os engenhos, a poesia dos velhos amigos e a sua casa no Porto do Bonfim.<sup>55</sup> Seus velhos amigos, aliás, começaram a morrer: José da Silva Lisboa (1835), o obscuro maçom mineiro Manoel Teles de Souza Pita<sup>56</sup> (1836), o agitador Cipriano Barata (1838), no exílio em Natal, o poeta José Francisco Cardoso de Moraes (1840), Francisco Agostinho Gomes (1842) e Paulo José de Melo Azevedo e Brito (1848). Desapareciam sujeitos relevantes, da mais importante geração de pensadores da Bahia, que atuava desde 1790. Do seu círculo das velhas amizades, ainda restavam vivos, os poetas João Gualberto Ferreira dos Santos Reis e Francisco Moniz Barreto, sendo ambos mais jovens.

Em 11 de fevereiro de 1856, contando 83 anos, João Ladislau faleceu no seu engenho da Campina grande, cercado pela sua numerosa família “acommetido por uma congestão”. Deu-lhe os últimos sacramentos o cônego Antonio Pereira Franco, assistido pelo médico Aristides Cajueiro de Campos, “que por sua bondade, e por morar perto veio logo vê-lo”. Quando chegou o médico que cuidava da saúde de João Ladisláu, Vicente Ferreira de Magalhães, “somente pôde vir ser testemunha dos últimos arrancos da vida do amigo!”

---

<sup>55</sup> O Seculo. Jornal Político, Litterario e Commercial, n. 131, terça-feira, 7 de agosto de 1849, p. 4.

<sup>56</sup> MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. Padre Manoel Telles de Souza Pita: Trajetória de um professor e franco-maçom brasílico (c. 1760-1836). Revista de Maçonaria, Lisboa, v. 4, p. 41-58, 2022.

(SILVA, 1866, p. 152). Foi sepultado no Mosteiro de São Bento, mesmo local onde aprendeu o ofício de boticário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de João de Ladislau de Figueiredo e Mello possibilita-nos compreender as décadas críticas que marcaram o declínio da América portuguesa, a ascensão do constitucionalismo, as batalhas pela Independência e a intrincada formação do Brasil enquanto Estado e nação. Ao analisarmos sua vida e contradições, somos conduzidos a uma compreensão mais profunda desse período. O estudo abraça a perspectiva desse indivíduo, que captou as nuances do contexto de transformações entre os séculos XVIII e XIX e desempenhou um papel substancial, tanto diretamente quanto por meio de suas contribuições indiretas, no engajamento dessas mudanças. No entanto, é importante ressaltar que João Ladislau de Figueiredo e Mello transcendeu o papel de um mero espectador na trama da História.

Analisar uma trajetória também nos capacita a identificar exceções relativas em meio a um conjunto de regras e normas sociais; sutilezas que se afastam de padrões aparentemente estabelecidos. A historiografia que abarca o intervalo entre os séculos XVIII e XIX revela uma pluralidade de indivíduos que, em sua maioria, tiveram formação em universidades europeias e desempenharam papéis diversos em vários setores da sociedade, tanto na metrópole quanto na colônia. Uma proporção notável desses sujeitos ocupou cargos administrativos de importância, se envolveu na esfera política e contribuiu para a concepção e execução de projetos científicos, econômicos e culturais, voltados ao avanço da colônia e, mais adiante, do recém-formado Estado brasileiro.

No ano de 1855, sendo a Província da Bahia atacada pela epidemia de cólera morbos e mais tarde chegando tal moléstia ao Engenho da Campina, “e tão violentamente se houve, que em menos de duas semanas lhe levou dezoito cativos”. (SILVA, 1866, p. 142) Com o morticínio e contaminação alastrada, não faltou “médico, remédio, cuidado e desvelo; e a todos os que se salvaram e a quase todos esses que morreram, ia o senhor com as próprias mãos fazer as fricções e dar os medicamentos, empregando sempre palavras de conforto e extremosa doçura”. (SILVA, 1866, p. 142) Sendo mestre na arte da boticária o João Ladisláu exerceu seu ofício mesmo na condição de cegueira e velhice.

A aurora não nascia fulgurosa como nos outros dias em que se almejava a mudança e os préstimos que as revoluções trazem a um indivíduo que por meio da leitura decide mudar o mundo com os seus ideais. Já o entardecer confirmava todo pressentimento celeste, às cinco horas da tarde do dia 11 de fevereiro de 1856, o revolucionário incógnito João Ladisláu “deu alma ao Criador”. (SILVA, 1866, p. 152).

O boticário morre, mas sua vida foi abundante. “[...] morto o corpo, morre a alma, mas o espírito continua”. (GINZBURG, 2006, p. 120). Como inúmeros agentes da História do Brasil, o João Ladisláu foi abundantemente relativizado perante as situações de revoltas e a busca de desconstrução de um poder centralizador, talvez por tais peculiaridades o baú da história a ti ficou reservado, “um passado que permanece mudo é muitas vezes menos o produto do esquecimento do que de um trabalho de gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (POLLAK, 1989). É claro que João Ladislau não foi o exclusivo participante de tais empreendimentos, porém é incontestável afirmar que ele foi um dos indivíduos que mais se sobressaiu na América portuguesa durante as duas décadas iniciais do século XIX.

## QUADRO 1 :

### SÍNTESE DA VIDA E OBRA DE JOÃO LADISLÁU DE FIGUEIREDO E MELLO

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ João Ladisláu de Figueiredo e Mello;</li><li>➤ Nascimento: Cidade da Cachoeira, quando ainda Vila da Bahia;</li><li>➤ Data de nascimento: 27 de Junho de 1772;</li><li>➤ Data de óbito: 11 de Fevereiro de 1856;</li><li>➤ Pais: Leandro de Figueiredo e Anna Maria Barbosa e Mello;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Admissão no Mosteiro dos Beneditinos: 1785;</li><li>➤ Exame Próto-Medicato/Carta de Farmácia em Lisboa/PT: 14 de Julho de 1789;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Ofício expedido pela corte na Bahia, inoculava as ideias manifestadas na França: 21 de Fevereiro de 1792;</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Embarque para Lisboa: 1 de Janeiro de 1798;</li><li>➤ Desembarque em Lisboa: 7 de Julho de 1798;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Exame das filhas Joanna, Roza e Anna em farmacêuticas: 20 de Agosto de 1811;</li><li>➤ Qual foi o acontecido do dia 10 de Fevereiro de 1821?</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>➤ No ano de 1822, o General Pedro Labatut e sua tropa, descansaram no Engenho do Cagi, nas imediações d Povoação de Santo Amaro do Ipitanga. (Atual cidade de Lauro de Freitas) (Pág. 27)</li></ul>

<ul style="list-style-type: none"><li>➤ Em 1826 João Ladisláu perdeu o olho esquerdo;</li><li>➤ Em 1835 passou a não enxergar bem do direito;</li><li>➤ Em 1837 João Ladsláu fez uma doação de 200 mil réis para a Santa Casa de Misericórdia;</li></ul>	
--	--

Fonte: Silva (1866); Elaboração Própria

## FONTES MANUSCRITAS:

### ARQUIVO ULTRAMARINO DE LISBOA

#### BAHIA CATÁLOGO EDUARDO CASTRO

Descrição	Caixa	Documento	Local/ data
<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&amp;Pesq=joao%20ladislao&amp;pagfis=54050">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&amp;Pesq=joao%20ladislao&amp;pagfis=54050</a>	111	21.738- 21.741	
<a href="http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&amp;Pesq=joao%20ladislao&amp;pagfis=55994">http://resgate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=005_BA_CA&amp;Pesq=joao%20ladislao&amp;pagfis=55994</a>	115	22.619- 22.623	

### ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

#### SEÇÃO JUDICIÁRIA / Testamentos

Descrição	Documento	Local	Livro
<b>Maço 143, documento 2</b>	Testamento de João Ladislau Figueredo e Mello.	Salvador	

#### SEÇÃO JUDICIÁRIA / Livros de Notas

Descrição	Documento	Local	Livro
Tabelião: Francisco Alves de Albergaria	Série: Escritura. Interessado A: Joana Ladislau de Figueredo e Mello. Interessado B: João Ladislau	Salvador	Livro: 175 Período: 1813 Folha : 148-148 v <a href="https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-158#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=298&amp;xywh=884%2C2360%2C1740%2C1015">https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-158#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=298&amp;xywh=884%2C2360%2C1740%2C1015</a>

	Figueiredo e Mello.		
Tabelião: José Joaquim da Costa Amado	Série: Escritura. Interessad o A: João Ladislau de Figueiredo Interessad o B: Conegund es (crioulo)	Salvador	Livro: 0309 Tipos: ESC. DE LIBERDADE Período: 07/05 1852 Folha :14V
Tabelião: Francisco Rodrigues Mendes	Série: Escritura. Interessad o A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessad o B: Joanna Ladislau de Figueiredo e Mello.	Salvador	Livro: 0312 Tipos: testamento Período: 28/09 /1853 Folha :19v- 22v <a href="https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-287#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=42&amp;xywh=-2127%2C0%2C6961%2C4061">https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-287#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=42&amp;xywh=-2127%2C0%2C6961%2C4061</a>
Tabelião: Marcelino Epifânio S. de Albergaria	Série: Escritura. Interessad o A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessad o B: Maria Joaquina da Conceição .	Salvador	Livro: 187 Período: 1816 Folha :150 <a href="https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-169#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=303&amp;xywh=-2127%2C0%2C6961%2C4061">https://eap.bl.uk/archive-file/EAP703-1-2-169#?c=0&amp;m=0&amp;s=0&amp;cv=303&amp;xywh=-2127%2C0%2C6961%2C4061</a>
Tabelião: Bernardino de sena Araújo	Série: Escritura. Interessad o A: Joao Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessad o B:		Livro: 128 Período: 1789 Folha :373  Obs. Fora de uso no APEB

	Manoel Diniz Ribeiro.		
Tabelião: Antônio Lopes de Miranda	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Maria Joaquina da Conceição .		Livro: 251 v Período: 1836 Folha :112
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Bento Martins de Lima e Mello.		Livro: 245 Período: 1818 Folha :154
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Felisberto caldeira Brant		Livro: 245 Período: 1834 Folha :110v
Tabelião: Francisco Alves de Albergaria	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo Interessado B: João		Livro: 175 Período: 1813 Folha :146v

	Ladislau de Figueiredo		
Tabelião: Francisco Teixeira da M. Bacelar	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Bento Martins de lima e Mello.		Livro: 197 Período: 1818 Folha :11
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Francisco Lopes dos Santos.		Livro: 245 Período: 1828 Folha :126
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Joaquim José da mota Teixeira.		Livro: 245 Período: 1819 Folha :127 v
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello.		Livro: 245 Período: 1831 Folha :119

	Interessado B: Maria Joaquina Dorothea.		
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: João Ladislau de Figueiredo e Mello. Interessado B: Manoel José de Araújo Borges.		Livro: 245 v Período: 1815 Folha :122
Tabelião: Olavo José Rodrigues Pimenta	Série: Escritura. Interessado A: Manoel José de Figueiredo . Interessado B: João Ladislau Figueiredo e Mello.		Livro: 270 v Período: 1842 Folha :145
Tabelião: Francisco Alves de e Albergaria	Série: Escritura. Interessado A: Rosa Ladislau de Figueiredo Interessado B: João Ladislau de Figueiredo .		Livro: 175 v Período: 1813 Folha :147
Tabelião: Antônio Lopes	Série: Escritura. Interessado A: Vitorino dos santos silva		Livro: 245 Período: 1834 Folha :96 e 97v

	Interessado B: João Ladislau de Figueiredo e Mello.		
Tabelião: João Rodrigues Antunes	Série: Escritura. Interessado A: Antero (nagô) Interessado B: João Ladislau de Figueiredo e Mello.		Livro: 0308 Tipo: carta de liberdade Período: 23/08 1853 Folha :89v

## **FONTES IMPRESSAS:**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. Autos da Devassa da Conspiração dos Alfaiates. Salvador: SCT/Arquivo Público do Estado, 1998, 2 v.

CALDAS, Antonio José. Notícia geral de toda esta capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759. Salvador: Editora Beneditina, 1951.

Diario das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Potugueza. Diario das Cortes da Nação Portuguesa: Segunda Legislatura. Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional 1821 – 1823, 9 v.

HUELL, Quirinus Mauritius Rudolph van. Minha Primeira Viagem Marítima (1807-1810).Salvador: EDUFBA, 2009.

LINDLEY, Thomas. Narrative of a voyage to Brasil : terminating in the seizure of a british vessel, and the imprisonment of the author and the ship<sup>a</sup>s crew, by the portuguese: with general sketches of the country, itas natural productions, colonial inhabitants, &c. and a description of the city and privinces of St. Salvadore and Porto Seguro. London : printed for J. Johnson, 1805.

O'NEILL, Thomas. A concise and accurate account of the proceedings of the squadron under the command of Rear Admiral Sir Sydney Smith, K. S. &c. in effecting the escape of the royal family of Portugal to the Brazils, on November, 29, 1807, by Lieut. Count Thomas O<sup>a</sup>Neil. - London : printed by J. Barfield, 1810.

LISBOA, José da Silva. Historia das principaes successos politicos do Imperio do Brasil. - Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1827.

MARTIUS, Carl Friedrich Philips von; SPIX, Johan von. Através da Bahia: excerpτος da obra Reise in Brasilien. São Paulo: Companhia Itatiaia, 1938, 3 vols.

SILVA, Evaristo Ladisláu. Recordações - Biográficas do Coronel João Ladisláu de Figueiredo e Mello. Bahia: Tipografia de Camillo de Lellis Masson & C, 1866.

PRIOR, James. Voyage Along the Eastern Coast of Africa: To Mosambique, Johanna, and Quiloa and Srt. Helena; to Rio de Janeiro, Bahia, and Pernambuco in Brazil. In the Nisus figate. London: Sir Richard Phillips and Co., 1819.

SESSÃO.

In:

[https://books.google.com.br/books?id=sAwXAQAAMAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=%22jo%C3%A3o+ladislao+de+figueiredo%22&source=bl&ots=cW1GRn0kOj&sig=ACfU3U30HuYXCgQBvUzRWHA0GaELUfLh6Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjD-v3Et\\_72AhU8GLkGHdBOBnIQ6AF6BAgREAM#v=onepage&q=%22jo%C3%A3o%20ladislao%20de%20figueiredo%22&f=false](https://books.google.com.br/books?id=sAwXAQAAMAAJ&pg=PA76&lpg=PA76&dq=%22jo%C3%A3o+ladislao+de+figueiredo%22&source=bl&ots=cW1GRn0kOj&sig=ACfU3U30HuYXCgQBvUzRWHA0GaELUfLh6Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjD-v3Et_72AhU8GLkGHdBOBnIQ6AF6BAgREAM#v=onepage&q=%22jo%C3%A3o%20ladislao%20de%20figueiredo%22&f=false)

VILHENA, Luís dos Santos. A Bahia no Século XVIII. Salvador: Editora Itapuã, 1969, 3 vols.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. INVENTÁRIO PROCEDIDO NA MATÉRIA CONTIDA NO VOL. XCIV DA COLEÇÃO ORDENS RÉGIAS, 1801. MAFRA1 12 DE NOVEMBRO DE 1801. Vol. 94 – Doc. 108. SESSÃO In: [http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-doestadodabahia/8/0/7/8076377a74870c9eb18487a991d34edf973f7170d2f87c13d366f4bed3e8d97/BR\\_BAAPEB\\_APEB\\_PUB\\_ANS\\_56\\_Parte1.pdf](http://www.atom.fpc.ba.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-doestadodabahia/8/0/7/8076377a74870c9eb18487a991d34edf973f7170d2f87c13d366f4bed3e8d97/BR_BAAPEB_APEB_PUB_ANS_56_Parte1.pdf)

SEMANARIO CIVICO (BA) ANO 1822/EDIÇÃO000090. SESSÃO In: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=702870&pasta=ano%20182&pesq=musica&pagfis=410>

## **BIBLIOGRAFIA:**

ABREU, Márcia. **O controle à publicação de livros nos séculos XVIII e XIX: uma outra visão da censura.** In: Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. Outubro/ Novembro / Dezembro de 2007 Vol. 4 Ano IV nº 4 p.2-3.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. **Vernei e a Cultura do seu tempo.** Coimbra: Imprensa da Universidade, 1966.

ARAS, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial, Bahia (1831-1833).** 1995. 227 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 1995.

ARAS, Lina Maria. **Uma guerra de todos: a Independência do Brasil na Bahia.** In: LEAL, Maria das Graças; SOUSA, Avanete (org.). Capítulos de História da Bahia: Independência. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia: Uneb, 2017. p. 251-285.

ARAÚJO, Dilton Oliveira de. **O Tutu da Bahia: transição conservadora e formação da nação, 1838-1850.** Salvador: EDUFBA, 2009, 378 p.

ARQUIVO NACIONAL, **Real Junta do Protomedicato.** ARQUIVO NACIONAL E A HISTÓRIA LUSO BRASILEIRA. Novembro, 2021. Disponível em: [http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5764:real-junta-do-protomedicato&catid=2086&Itemid=121](http://historialuso.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5764:real-junta-do-protomedicato&catid=2086&Itemid=121)

ASLAN, Nicolau. **Biografia de Joaquim Gonçalves Ledo.** 1976, Vol. 1.

ÁVILA JÚNIOR, Celso Jaloto. **A Maçonaria Baiana e Sua História.** Salvador: P &A, 2000.

BANDEIRA, Julio e Lago, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil.** Livro Nacional: Capivara, 2017.

BARATA, Alexandre Mansur. **Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil.** In: José Murilo de Carvalho.

(Org.). Nação e cidadania no Império: novos horizontes. 1ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 351-375.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, Sociabilidade Ilustrada e Independência (Brasil, 1790-1822)**. 2002. 374 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

BARATA, Cipriano José. **“Pernambuco”**. Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, n. 10, 7 maio 1823.

BARROS, José D'Assunção. **História Política**: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares. Opsi (UFG), v. 12, p. 29-55, 2012.

BORGES, Eduardo José Santos. **Sedição de 1798**: a elite baiana e a representação social do movimento contestatário. In: Eduardo José Santos Borges; Maria Helena Ochi Flexor; Suzana Maria de Sousa Santos Severs. (Org.). Poderes, identidades e sociedade na América Portuguesa (séculos XVI - XVIII). 1ed. São Paulo: Alameda, 2017, v. , p. 241-268.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARMO, Maiara Alves do. **Rerum novus nascitur ordo**: a trajetória de Francisco Agostinho Gomes (1769-1842). Salvador, 2018.

Diez del Corral, Florentina Santos. (Org.). **Do Boticário ao Farmacêutico**: o ensino de farmácia na Bahia, de 1815 a 1949. Salvador: EDUFBA, 2009.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FALCON, Francisco. **Luzes e Revolução na Colônia**. Revista de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 2, n. 2, p.73-85, mai./ago. 1988.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: Raízes de um paradigma indiciário**. In: \_\_\_\_. Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções, 1789-1848**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JANCSÓ, István e MOREL, Marco. **Novas perspectivas sobre a presença francesa na Bahia em torno de 1798**. Rio de Janeiro: Topoi, revista de história, 2007.

KANT, Immanuel. **What is Enlightenment?** In: SCHMIDT, James (Ed.) What is Enlightenment? Eighteen-century answers and twentieth-century questions. Los Angeles: University of California, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MAGALHÃES, Pablo A. Iglesias. A Guerra do Madeira: a participação dos prisioneiros pernambucanos na Independência do Brasil na Bahia (1817-1823). In: George F. Cabral de Souza. (Org.). **Pernambuco na Independência do Brasil: olhares do nosso tempo** (Coleção Pernambuco na Independência 1822-2022). 1ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), 2022, v. , p. 299-330.

\_\_\_\_\_. **Flores Celestes: o livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú?** Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/his/a/hwQD5nkDBzk7Qc5QkccqTZJ/?lang=pt#>>.

Acesso em: 9 ago. 2023.

\_\_\_\_\_. **A Cabala Maçônica do Brasil - O primeiro Grande Oriente Brasileiro: Bahia e Pernambuco (1802-1820)**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, v. 70, p. 73-138, 2017.

\_\_\_\_\_. **A Parafrase dos Proverbios de Salomão: o código moral dos pedreiros-livres impresso na Bahia em 1815.** In: Maria das Graças de Andrade Leal; Avanete Pereira Sousa. (Org.). Capítulos de História da Bahia - Independência. 1ed.Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia ; EDUNEB, 2017, v. , p. 143-184.

\_\_\_\_\_. **A sociabilidade maçônica na América portuguesa: o processo contra o pedreiro-livre Manoel Ferreira Lima da Silva (1817).** In: Alícia Duhá Lose; Arivaldo Sacramento de Souza. (Org.). Paleografia e suas interfaces. Salvador: Memória & Arte, 2018, p. 232-247.

\_\_\_\_\_. **Flores Celestes (1807): O livro secreto de José da Silva Lisboa, o visconde de Cairú.** Revista de Indias, v. 73, p. 789-824, 2013.

\_\_\_\_\_. **Luzes e Sombras: A Censura de Livros na Capitania da Bahia (1811-1821).** REVISTA COMPLUTENSE DE HISTORIA DE AMÉRICA, v. 43, p. 203-236, 2017.

\_\_\_\_\_. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia.** Salvador: Imp. Of. do Estado, 1931, 6 v. (1a ed. 1836), tomo II.

\_\_\_\_\_. **O caçador de pedreiros-livres: José Anastácio Lopes Cardoso e sua ação contra a maçonaria luso-brasílica (1799-1804).** Revista de História (USP), v. 176, pp. 26-33, 2017. Doi: <<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.111602>>.

\_\_\_\_\_. **O Tradutor dos Abomináveis Princípios: José Pedro de Azevedo Sousa da Câmara e a circulação dos escritos de Voltaire em Portugal e no Brasil (1790-1834).** Pos-História (UNESP. Assis), v. 35, p. 22, 2016.

\_\_\_\_\_. **A Literatura nas Sombras: As edições em português e os tradutores da Atalá de Chateaubriand na crise do Antigo Regime luso-brasílico (1810-1820).** Literatura e Sociedade (USP), v. 23, p. 104-138, 2016.

MARX, K. **Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**, 1852

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Trad. Dora Rocha Flaksman. Disponível em: <[http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria\\_esquecimento\\_silencio.pdf](http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf)>. Acesso em: 10 mai. 2021.

POURCHET-CAMPOS, M.A. **Perfil do ensino farmacêutico no Brasil**. MEC. RJ. 1966. 143p.

REBOUÇAS, Antonio Pereira. **Recordações Patrióticas**. Rio de Janeiro: Typ. G. I.euzinger & Filhos, 1879.

REIS, João José. **O jogo duro do Dois de Julho: o “partido negro” na Independência da Bahia**. In: SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 79-98.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. et al. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SILVA, Accioli de Cerqueira. **Memórias históricas e políticas da Província da Bahia**. Salvador: Imp. Of. do Estado, 1931, 6 v. (1a ed. 1835-1852), vol. III.

SILVA, Marcelo Renato Siquara **A cultura letrada na Bahia (1821 – 1823): A experiência da Independência Brasileira**. Salvador, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Maria Aparecida Silva de. **Bahia: de capitania a província, 1808-1823**. 2009. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009

VALIM, Patrícia. **Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política na Conjuração Baiana de 1798**. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02042013-115539/publico/2012\\_PatriciaValim\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02042013-115539/publico/2012_PatriciaValim_VCorr.pdf)>. Acesso em: 9 ago. 2023.

VILLALTA, Luiz Carlos. **O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)**. 2016.